

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

SARAH BUENO MOTTER

A COBERTURA DE UM DESASTRE AMBIENTAL:

Construção da informação no Jornal Zero Hora sobre os deslizamentos de terra da serra carioca em janeiro de 2011

PORTO ALEGRE

2012

SARAH BUENO MOTTER

A COBERTURA DE UM DESASTRE AMBIENTAL:

Construção da informação no Jornal Zero Hora sobre os deslizamentos de terra da serra carioca em janeiro de 2011

Monografia de conclusão de Curso de Graduação em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, da Faculdade de biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

PORTO ALEGRE

2012

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado **A COBERTURA DE UM DESASTRE AMBIENTAL: Construção da informação no Jornal Zero Hora sobre os deslizamentos de terra da serra carioca em janeiro de 2011**, de autoria de Sarah Bueno Motter, estudante do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, de junho de 2012.

Assinatura: _____

Prof^a. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

SARAH BUENO MOTTER

A COBERTURA DE UM DESASTRE AMBIENTAL:

Construção da informação no Jornal Zero Hora sobre os deslizamentos de terra da serra carioca em janeiro de 2011

Monografia apresentada à Banca do curso de Comunicação Social, como requisito parcial à obtenção do título de Comunicador, orientada pela professora Ilza Maria Tourinho Girardi

Data de aprovação: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Prof^ª. Dra. Ana Maria Dalla Zen

Prof^ª. Dra. Ana Taís Martins Portanova Barros

Porto Alegre, de junho de 2012

RESUMO

Analisa como aconteceu a cobertura dos deslizamentos de terra que ocorreram na serra do Rio de Janeiro em janeiro de 2011 no jornal Zero Hora. O estudo se dedica às reportagens publicadas no veículo entre os dias 13 de janeiro e 19 de janeiro de 2011. Reflete sobre como a mídia convencional aborda um grande desastre climático. Emprega o embasamento teórico do jornalismo ambiental, a partir da perspectiva sistêmica e o uso da pluralidade de fontes. Utiliza a metodologia da análise de conteúdo, com a categorização dos núcleos de sentido dos parágrafos das matérias, em sete categorias: tragédia; contextualização; fenômeno climático; prevenção estatal; prevenção privada; solidariedade da sociedade civil; e, assistência estatal. Também são analisadas as fontes utilizadas para narrar o acontecimento em quatro categorias: vítimas da tragédia; governo; especialistas; e, sociedade civil. Conclui que a cobertura do fato é fragmentada e superficial, com o enfoque principal nas informações da tragédia em si, como o sofrimento das vítimas e quantificação de mortes.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Desastre Climático. Zero Hora.

ABSTRACT

This monograph analyzes how the newspaper Zero Hora did the coverage of landslides that occurred in Rio de Janeiro's mountainous region in January 2011. The study is devoted to reports published on the newspaper between 13 January and 19 January 2011. It reflects on how the mainstream media covers a great climate disaster. It uses the theoretical framework of environmental journalism, with the systems perspective and the use of a plurality of sources. It uses the methodology of content analysis, with the categorization of the core meaning of the paragraphs of the material in seven categories: tragedy, contextualization, weather phenomenon, preventing state, private prevention, solidarity of civil society and state assistance. It also analyzes the sources used to narrate the event in four categories: victims of the tragedy, government, experts, and civil society. It concludes that the coverage of the event is fragmented and superficial, with its main focus on the tragedy itself, such as the suffering of victims and quantification of deaths.

Keywords: Environmental Journalism. Climate Disaster. Zero Hora.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	JORNALISMO AMBIENTAL	12
2.1	SURGIMENTO DO AMBIENTALISMO	12
2.2	JORNALISMO AMBIENTAL E SUA ESPECIFICIDADE	15
2.2.1	A perspectiva sistêmica e complexa	17
2.3	FUNÇÕES, PARCIALIDADE E DESAFIOS DO JORNALISMO AMBIENTAL	22
2.4	FONTES E JORNALISMO AMBIENTAL	27
2.5	AS TRAGÉDIAS AMBIENTAIS	32
3	METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO	36
3.1	COMO APLICAR A ANÁLISE DE CONTEÚDO	40
4	APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	45
4.1	CATEGORIZAÇÃO EM GRÁFICOS	50
4.2	ANÁLISE	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

O debate ambiental incorpora-se às pautas da sociedade desde a metade do século XX. No jornalismo, percebem-se, com frequência, produções relacionadas direta ou indiretamente à temática da Ecologia. Muitos jornalistas especializados na área afirmam que o meio ambiente deve ser considerado em todos os conteúdos jornalísticos. Baseados em uma visão complexa da realidade, que vem de pensadores como Fritjof Capra e Edgar Morin, esses profissionais explicam que todas as ações do homem afetam o equilíbrio do planeta e, dessa maneira, as mais diversas editorias deveriam agregar uma visão sistêmica dos acontecimentos.

Na mídia corporativa, entretanto, os problemas ambientais não têm recebido um enfoque profundo e reflexivo, o qual permitiria à sociedade uma compreensão menos superficial dos acontecimentos. A grande mídia trata da temática ambiental de maneira limitada. Na televisão, por exemplo, o meio ambiente é encarado a partir de uma perspectiva preservacionista, limitando-se a retratar a exuberância da fauna e da flora.

Vive-se uma crise ambiental no planeta. As mudanças climáticas, a crise energética, a perda da biodiversidade, a escassez de água potável, a precariedade de saneamento e a inexistência de uma política de gestão de resíduos sólidos tornam evidente o momento caótico no qual estamos inseridos. Nesse contexto, para a busca de soluções e entendimento da realidade, cabe ao jornalismo um importante papel pedagógico na conscientização da sociedade sobre a crise ambiental planetária.

Nesse sentido, o presente estudo pretende analisar como a mídia corporativa trabalha com os desastres climáticos extremos, fenômenos que esta proposta de estudo encara como um dos maiores problemas ambientais da atualidade. Dentro de um contexto no qual o aumento do aquecimento global e também suas consequências são evidentes, pretende-se entender como o jornalismo convencional leva ao público a cobertura de uma grande tragédia ocasionada por um fenômeno do clima. O trabalho propõe-se a trazer para a reflexão matérias veiculadas em um

meio tradicional da mídia, tendo por objetivo analisar se elas trazem uma perspectiva sistêmica dos acontecimentos.

Essa proposta de estudo surgiu em 2010 e vem amadurecendo desde então. A princípio, a pesquisa iria analisar a cobertura feita sobre as chuvas que ocorreram em Santa Catarina, no vale do Itajaí, em novembro de 2008, matando mais de 130 pessoas, segundo dados do jornal Zero Hora (OUTRO, 2011). A vontade surgiu pelo envolvimento da pesquisadora na produção de um folheto contra as mudanças do código florestal catarinense, produzido pela Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí – APREMAVI.

Devido a dificuldades de recuperação do material do jornal para análise, o objeto de estudo foi mudado. Pensou-se em fazer sobre o Réveillon de 2010 em Angra dos Reis (RJ), quando a chuva excessiva também provocou mortes e destruição naquela região. Em 2011, quando a pesquisadora estava efetivamente elaborando o projeto de monografia, ocorreu mais um desastre no Rio de Janeiro, dessa vez na serra carioca. A tragédia parecia muito mais dramática e calamitosa do que a de Angra, o que se comprovou com os números alarmantes que chegavam a mais de 900 mortos. Devido à magnitude do acontecimento, sua cobertura foi escolhida para análise na monografia.

A tragédia carioca foi causada por chuvas que caíram nos dias 11 e 12 de janeiro de 2011 na região serrana do RJ, atingindo as cidades de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sumidouro. Após chuvas torrenciais que provocaram deslizamentos de terra, mais de 900 pessoas morreram, 300 ficaram desaparecidas e 35 mil desabrigadas e desalojadas. Segundo a Universidade Federal de Santa Catarina (2011), até aquele momento, foi o maior desastre climático da história do Brasil. O veículo da grande mídia escolhido para a análise foi o jornal Zero Hora, por representar o maior jornal de circulação diária do Rio Grande do Sul, e também pela acessibilidade de recuperação do material. A pesquisa pretende responder às seguintes questões: como aconteceu a cobertura de um dos maiores desastres ambientais do Brasil no jornal Zero Hora? Foi uma perspectiva que aprofundou os mais diversos aspectos do acontecimento? E nesse sentido também se responderá: o jornal Zero Hora traz um olhar sistêmico da realidade ao tratar de temas relacionados ao meio ambiente? A Zero Hora centraliza

a cobertura de um desastre ambiental em questões dramáticas ou levanta abordagens sobre aspectos específicos do meio ambiente?

O objetivo geral do estudo é analisar a cobertura do desastre ambiental efetuada pelo Jornal Zero Hora, a partir dos princípios do jornalismo ambiental. Para tanto, pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos: verificar o tom da notícia dado pelo jornal; refletir sobre a apropriação das fontes no relato do acontecimento; avaliar a profundidade de abordagem e os dados veiculados no meio selecionado; e verificar se a visão sistêmica foi incorporada na construção das narrativas.

O estudo tem a pretensão de contribuir para uma reflexão sobre o papel do jornalismo e sobre o fazer jornalístico na área de meio ambiente, portanto pretende atingir estudantes, profissionais do meio e pesquisadores da área. Além disso, referente ao contexto ao qual estamos inseridos, é importante salientar que, no Brasil, os principais perigos naturais recorrentes estão ligados a eventos climáticos e hidrológicos; assim se faz necessária uma reflexão sobre como a mídia trata esses fenômenos.

No segundo capítulo deste trabalho são aprofundados conceitos que fazem parte da construção teórica do jornalismo ambiental, por meio de uma revisão bibliográfica que passa por autores como Fritjof Capra, Edgar Morin, Enrique Leff, Wilson da Costa Bueno, Roberto Villar Belmonte, André Trigueiro e Ilza Maria Tourinho Girardi. O capítulo discorre sobre a especificidade do jornalismo ambiental, a saber, o pensamento sistêmico.

Reflete-se também sobre o surgimento do ambientalismo, as tragédias ambientais e outras características do fazer dos jornalistas ecológicos, como o seu caráter militante e, conseqüentemente, a parcialidade que deve carregar as produções dessa área. Deixa-se claro que, nas matérias ambientais, o “lado” deve ser o do meio ambiente. Também são estudados alguns trabalhos teóricos sobre fontes jornalísticas, como os de Miguel Rodrigo Alsina, Rogério Santos e Márcia Franz Amaral.

A metodologia adotada pelo trabalho é a da análise de conteúdo (AC). No terceiro capítulo, são expostos os seus aspectos teóricos principais, por meio dos autores Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2010), Heloiza Golbspan Herscovitz (2008) e Laurence Bardin (1979). A

análise de conteúdo foi escolhida por representar uma das metodologias mais tradicionais em comunicação, acessível para responder os objetivos desta pesquisa e, também, devido ao interesse da pesquisadora em aplicar a técnica.

No quarto capítulo é apresentada a aplicação da metodologia. O *corpus* desta monografia é formado por todas as matérias veiculadas no jornal Zero Hora do dia 13 de janeiro, edição na qual apareceu a primeira notícia sobre o desastre, ao dia 19 de janeiro. Foram escolhidas somente as matérias e as reportagens, pela necessidade de haver uma homogeneidade entre os documentos de estudo. Apesar disso, é interessante ressaltar que, durante esse período, o jornal também publicou textos de outros gêneros jornalísticos sobre o assunto, como charges, editoriais e artigos de opinião.

Com as 29 páginas de conteúdo do *corpus*, é feita uma análise a partir de 11 categorias. Primeiramente, analisam-se os parágrafos dos textos, que totalizam mais de 400, sob sete categorias. As categorias foram elaboradas a partir de uma primeira leitura do material a ser analisado e o aporte teórico exposto no capítulo dois desta monografia. As sete categorias que dividem os parágrafos por seu núcleo de sentido são: **tragédia**, quando o parágrafo aborda aspectos factuais do acontecimento, como mortes e prejuízos; **contextualização**, quando o parágrafo tenta contextualizar o fato no tempo, comparado-o a outros eventos semelhantes, e também na região; **fenômeno climático**, quando o parágrafo foca na explicação técnica do acontecimento; **prevenção estatal**, quando o parágrafo aborda o poder público como entidade de prevenção de tragédias, sendo em ações que deveriam ter sido realizadas e que serão realizadas; **prevenção privada**, quando o parágrafo fala sobre a ação individual dos cidadãos para evitar tragédias, como a ocorrida; **solidariedade da sociedade civil**, quando o parágrafo enfoca na ajuda que vítimas e cidadãos comuns realizaram para moderar as consequências da tragédia; e, por fim, a categoria de **assistência estatal**, quando o parágrafo aborda o que o governo fez ou promete fazer para amenizar os impactos do desastre.

Também serão classificadas as fontes que aparecem nas matérias em quatro categorias. **Vítimas da tragédia, governo, especialistas e sociedade civil**. Por meio da categorização dos parágrafos e fontes, pretende-se responder os objetivos da pesquisa.

2 JORNALISMO AMBIENTAL

O primeiro capítulo teórico desta monografia pretende dar um panorama do surgimento do ambientalismo e sua relação com o desenvolvimento do jornalismo ambiental. Também aborda a especificidade do jornalismo ambiental, que é a perspectiva sistêmica em seu fazer, as funções, parcialidade e desafios dessa área do jornalismo, além de uma reflexão sobre a utilização de fontes nas matérias jornalísticas que tratam da temática ecológica e sobre as tragédias ambientais.

2.1 Surgimento do ambientalismo

A crise ecológica tornou-se evidente desde a década de 60 (LEFF, 2001). Nesse momento, os debates socioambientais começaram a ser incorporados ao sistema econômico e o paradigma do sustentável levantou críticas aos princípios do desenvolvimento da modernidade, os quais encaram a economia como solução a todos os problemas do planeta (LEFF, 2001). Tendo em vista uma percepção da realidade, segundo a qual o sistema capitalista levaria a natureza ao colapso e, conseqüentemente, a humanidade, surgiu o movimento ambientalista¹ em escala global.

Ocorreram eventos importantes para a construção do pensamento ambiental, como o lançamento do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, em 1962, denunciando o perigo mortal dos inseticidas para a fauna, a flora e as pessoas que os manipulavam e consumiam. O livro se tornou um clássico do movimento ambientalista mundial e evidenciou que as tecnologias químicas não poderiam ser aplicadas de maneira indiscriminada na agricultura.

¹Por ambientalismo aqui se entende um movimento multifacetado e não homogêneo, com diversos enfoques de ação, mas com o objetivo comum de lutar pelo meio ambiente. Conforme explica Castells (1999), existem pelo menos cinco tipos de ambientalismo.

Morin e Kern (2002) apontam que o aspecto planetário da crise ecológica se consolidou com o relatório Meadows, publicação também conhecida pelo nome *Os Limites do Crescimento*, a qual foi encomendada pelo Clube de Roma em 1972. O documento tratou sobre os problemas fundamentais para o futuro do desenvolvimento da humanidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, que ocorreu em 1972, é também um evento emblemático na história do ambientalismo. Ela foi essencial para a construção de um contraponto à lógica de desenvolvimento da modernidade, que previa – e ainda prevê – um crescimento econômico exploratório sem fim (LEFF, 2001). O evento, na época, impulsionou a criação de diversos órgãos públicos ambientais em vários países, assim como programas internacionais relacionados às questões ambientais.

Em 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que agregou lideranças de 175 países no Rio de Janeiro, o discurso da sustentabilidade adquiriu maior legitimidade e divulgação na sociedade (BELMONTE, 1997). A conferência do Rio “adotou uma declaração sobre as florestas, uma convenção sobre o clima e sobre a proteção da biodiversidade; elaborou um plano de ação 21 (século XXI), procurando fazer com que as Nações Unidas trabalhem para proteger a biosfera” (MORIN; KERN, 2002, p.70).

No Brasil, a Rio 92 foi essencial para o aumento da consciência ambiental da população. Conforme aponta Crespo (2003), na década de 90, ocorreu uma potencialização do crescimento da percepção da sociedade brasileira, em relação às problemáticas ecológicas, graças ao evento.

Todos esses acontecimentos colaboraram de forma significativa para um despertar da humanidade perante os desequilíbrios ecológicos que ela mesma criou. E, ao mesmo tempo, também para um abrir dos olhos diante das consequências desses desequilíbrios. A crise ambiental traz uma noção de unidade ao planeta, isso porque os problemas ambientais não se limitam a fronteiras políticas, geográficas, culturais e econômicas dos países.

As mudanças climáticas, por exemplo, tornam a dimensão das questões ambientais evidente, exigindo um esforço de todos os países do mundo para contê-las (MORIN; KERN,

2002). Crespo aponta que o sentimento planetário da crise ambiental surgiu no Brasil com a Rio 92, a partir de um crescimento da cobertura ambiental pela mídia.

De repente, os jornais começaram a divulgar previsões terríveis sobre o efeito estufa (aquecimento global), sobre o aumento do buraco da camada de ozônio, sobre o comprometimento da biodiversidade, e aí nos demos conta de que os brasileiros estavam em um barco, um mesmo barco [...] em que todos os habitantes do planeta estavam. (CRESPO, p. 63, 2003)

O ambientalismo surge como uma reação às consequências do sistema capitalista para a biosfera. Diante da percepção das limitações do desenvolvimento econômico, Leff (2001) aponta que

foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo, negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais (LEFF, 2001, p. 17).

Junto da consolidação do discurso ambientalista, surgiram também jargões que passaram a ser mais frequentes nos discursos da sociedade, como, por exemplo, o do desenvolvimento sustentável. A definição de sustentabilidade, na esfera global, foi alcançada, por meio do relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado pela ONU, em 1988. O documento reconheceu as desigualdades entre as nações e tentou formular diretrizes políticas que buscassem um consenso para um processo de globalização mais justo.

O desenvolvimento sustentável foi definido por esse relatório como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (LEFF, 2001, p. 19). Essa mesma definição foi utilizada anteriormente para conceituar comunidades sustentáveis, na década de 80, pelo pensador Lester Brown (CAPRA, 2003).

O atual desafio da humanidade, segundo Capra (2003), é a construção e manutenção de comunidades sustentáveis. O pensador chama atenção para o fato de que, apesar das definições de sustentabilidade apontarem a responsabilidade da humanidade com o futuro do planeta, elas não falam sobre como construir uma comunidade sustentável.

O físico coloca que a prática da sustentabilidade deve ser buscada no exemplo mais emblemático que se tem: a natureza. Isso porque há eras o ambiente natural constrói-se e reconstrói-se, adaptando-se a todas as mudanças que surgem. O entendimento da natureza, segundo o autor, condicionaria a sobrevivência da humanidade para as próximas décadas, pois somente esse entendimento seria capaz de trazer a consciência planetária a verdadeira noção de sustentabilidade.

2.2 Jornalismo ambiental e sua especificidade

O desenvolvimento do jornalismo ambiental acompanha o desenvolvimento do ambientalismo. Na década de 60, período em que ocorreu a Conferência da Biosfera em Paris, surgiu a primeira organização especializada em jornalismo ambiental, na França (BELMONTE, 1997). Na mesma época, no Brasil, a ditadura militar prendia o jornalista Randau Marques. Randau é considerado o primeiro ecojornalista do país e foi preso por ter escrito sobre a contaminação por chumbo de trabalhadores da indústria de curtume. Além disso, também se mostrava contrário à expressão “defensivos” para denominar os venenos da agricultura, o que também não agradava a censura.

Em uma perspectiva histórica, pode-se destacar que a ecologia começou a aparecer de maneira mais frequente na imprensa internacional após a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, em 1972. Outro momento importante, no qual pautas ambientais receberam atenção, foi nos anos 80, como a descoberta do buraco na camada de ozônio e algumas ideias sobre a influência antrópica no aumento do aquecimento global (BELMONTE, 1997). Ainda na década de 80, Belmonte (1997) aponta que a pressão internacional em relação à Amazônia favoreceu a imprensa nacional a tratar do tema.

No Brasil, após a Rio 92, muitos veículos adotaram espaços especiais dedicados ao meio ambiente. Apesar do “boom” que foi provocado com a criação de diversos cadernos e

suplementos especiais querendo explicar o tema da conferência, as iniciativas foram esvaziadas. Conforme explica André Trigueiro (2005, p. 293), “nos principais veículos de comunicação do País, a Rio 92 justificou a criação de editorias especiais de meio ambiente que não resistiram ao tempo e sucumbiram com o passar dos anos”.

Uma das prerrogativas do jornalismo ambiental que se construiu juntamente com o surgimento das pautas e dos pensadores ecológicos é que todos os acontecimentos se referem à ecologia de alguma forma. Os fatos são complexos e possuem diversas relações de interdependência com o meio no qual estão inseridos. Eles são influenciados e influenciam a cultura, a economia, o meio ambiente, a subjetividade, a comunicação e assim por diante, englobando as mais diversas esferas da sociedade e também da natureza.

Para Wilson da Costa Bueno (2008) o meio ambiente é

O complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico [...] mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana. (BUENO, 2008, p. 108).

Por esse motivo, o jornalismo ambiental engloba questões multi e interdisciplinares e assim pode estar presente nas mais diversas editorias de um veículo de comunicação (BUENO, 2008). Segundo Cenci, Prosser e Roesler (2012), deve-se encarar os problemas ambientais por meio de um olhar que ultrapasse o social e o natural. Os autores que estudam a obra de Enrique Leff, a partir dos escritos desse pensador, colocam que é necessário tirar o meio ambiente da restrição da biologia. “É preciso construir uma nova significação em que o ambiente também seja uma categoria sociológica, relativa a uma racionalidade social, configurada por valores, comportamentos e saberes, como também por novos potenciais produtivos” (CENCI; PROSSER; ROESLER, 2012, p. 8).

Profissionais bem qualificados que percebem a diversidade biológica e cultural são essenciais para a atualidade, a fim de se produzir uma metamorfose do paradigma cartesiano predominante e uma transição para o desenvolvimento sustentável. Enfim, a interdisciplinaridade que também engloba o jornalismo ambiental

[...] implica a reconstrução dos objetos de conhecimento. O conhecimento interdisciplinar no campo ambiental implica um rompimento epistemológico que funda uma nova ciência ou um novo campo de conhecimento. A complexidade ambiental reclama a participação de pontos de vista diferentes sobre uma realidade e a racionalidade ambiental, estabelece as bases materiais e os princípios conceituais para a construção de uma nova economia social fundada no potencial ambiental que produz a sinergia dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais. (CENCI; PROSSER; ROESLER, 2012, p.9)

O jornalismo ambiental precisa, então, extrapolar a visão da grande mídia, limitada à exuberância da fauna e da flora, e deixar evidente que o meio ambiente é tudo aquilo que nos cerca e que ele faz parte de nós (TRIGUEIRO, 2005).

Crespo (2003) aponta que, da década de 90 até o ano de 2001, 90% da população brasileira se informava sobre meio ambiente por meio da televisão. Trigueiro (2005) explica que foi por meio da televisão que o brasileiro construiu uma visão superficial e estrita de meio ambiente, focada na exuberância de animais e plantas. Crespo (p. 66, 2003) reforça: “independentemente da classe social, da escolaridade, da cor, do sexo e da religião, os brasileiros consideraram o meio ambiente como sinônimo de fauna e de flora”.

É necessário salientar, dentro deste contexto de produção jornalística que se refere ao meio ambiente, que o jornalista ambiental deve produzir conteúdos de acordo com uma visão sistêmica e interdisciplinar dos acontecimentos, que perceba as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade de forma integrada. Massierer (2011) esclarece que a especificidade dessa área do jornalismo está justamente na incorporação da visão sistêmica ao seu fazer.

2.2.1 A perspectiva sistêmica e complexa

Capra (2003), um dos maiores estudiosos da ecologia na atualidade, explica que a teoria dos sistemas é a mais apropriada para entender e perceber de maneira profunda as questões ambientais.

A teoria dos sistemas envolve uma nova maneira de ver o mundo e uma nova forma de pensar, conhecida como 'pensamento de sistemas' ou 'pensamento sistêmico'. Significa pensar em termos de relações, padrões e contexto. (CAPRA, 2003, p.21)

Cada sistema compõe outro sistema, como uma folha que compõe uma árvore e um órgão que compõe um corpo. Todas as partes dos sistemas são interdependentes e a soma delas sempre é algo único. É importante salientar que “como sistema, a alteração em uma determinada unidade [...] provoca impactos em todas as outras e pode romper o equilíbrio que permite a manutenção da vida.” (BUENO, 2008, p. 109). E é exatamente essa perspectiva das diversas interações entre os elementos de um mesmo sistema ou acontecimento que deve permear a narrativa jornalística.

Segundo Morin e Kern (2002), é fundamental, para a resolução dos problemas planetários, que a humanidade incorpore em seu agir um pensamento que relacione os elementos que compõem a realidade, não os encarando como fragmentos independentes. Os autores denominam esse pensamento de pensamento complexo, o qual consiste em uma percepção de mundo que seja multidimensional, ecologizada, sistêmica e aberta à ideia de estar inacabada, pois a humanidade deve sempre estar disposta a incluir novas perspectivas e incertezas na resolução de seus problemas.

Também característica dos sistemas vivos é a organização em redes autógenas, que se constituem e reconstituem continuamente. A rede sempre vai ter um padrão de relações. Compreendê-las, segundo Capra, é fundamental para a teoria sistêmica. Na sociedade humana, as redes vivas são as de comunicação. “Como as redes biológicas, essas redes são autógenas, mas o que geram é basicamente imaterial” (CAPRA, 2003 p. 23). As redes de comunicação criam um contexto comum de significados, o qual, segundo a teoria dos sistemas, é a cultura.

A perspectiva de redes deve permear a cobertura ambiental. Relacionando as partes com o todo, o discurso jornalístico precisa ultrapassar a superficialidade dos fatos e alcançar uma profundidade, desviando da fragmentação sempre presente na narrativa dos grandes veículos de comunicação. Um dos erros dos jornalistas ambientais está justamente na reprodução dessa cobertura isolada. A autora Massierer (2011, p.12) explica um dos motivos que contribuem para essa realidade.

A falta de profundidade nas matérias sobre meio ambiente deve-se à complexidade desse campo e às dificuldades enfrentadas no jornalismo em ter de apresentar as correlações com os fatores econômicos, políticos, culturais e sociais em um curto espaço.

O que muitas vezes ocorre é um fechamento de foco, o qual exclui aspectos fundamentais de um acontecimento, como suas influências culturais, econômicas ou políticas. Esse tipo de cobertura favorece leituras particulares de um determinado tema, contribuindo para que o cidadão entenda os fatos de maneira superficial e fragmentada (BUENO, 2008; TRIGUEIRO, 2005). Essa concepção exclui o caráter sistêmico que a cobertura ambiental deve agregar para uma compreensão profunda dos acontecimentos.

A fragmentação, segundo Bueno (2007), também é reforçada pela construção do jornalismo em editoriais que reduzem a perspectiva multidisciplinar dos temas em debate. Para Girardi, Pedroso e Baumont (2011, p.59),

O paradigma do jornalismo informativo diário não dá conta da complexidade dos eventos porque ele não trabalha com a problemática, mas com as singularidades do momento. Essa visão reducionista não vincula o homem à natureza.

Segundo Massierer (2011), a fragmentação faz com que a sociedade não conheça a causa dos problemas, mas apenas a sua aparência. Ela, assim como Bueno (2007), Trigueiro (2005), Girardi, Pedroso e Baumont (2011), avalia que as matérias dos grandes veículos de comunicação são veiculadas de maneira isolada, não trazendo a complexidade do meio ambiente ao público. A autora explica a influência do pensamento cartesiano nesse tipo de construção:

O jornalismo também lida com o reducionismo, na medida em que sustenta por meio de critérios de noticiabilidade e de regras organizativas que fazem com que transpareça na matéria publicada, muitas vezes, uma visão mecanicista e cartesiana que simplifica e fragmenta partes de uma complexa relação entre as partes e o todo num sistema em equilíbrio dinâmico capaz de se auto-organizar. (MASSIERER, 2011, p.15)

A visão mecanicista, presente na cobertura jornalística de maneira geral e também na ambiental, reflete uma concepção de mundo que permeia as mais diversas áreas e se origina do pensamento cartesiano. A ciência tradicional traz consigo a visão fragmentada da realidade, não pensa no contexto dos acontecimentos, mas sim em sua quantificação. Pensa-se em números e não em padrões. Nas partes e não no todo (CAPRA, 2003).

A própria concepção do homem é fragmentada, conforme explicam Morin e Kern (2002, p. 61):

Os caracteres biológicos do homem foram discutidos nos departamentos de biologia e nos cursos de medicina; os caracteres psicológicos, culturais e sociais foram divididos nos diversos departamentos de ciências humanas, de modo que a sociologia foi incapaz de ver o indivíduo, a psicológica incapaz de ver a sociedade, a história acomodou-se à parte e a econômica extraiu do *Homo sapiens demens* o resíduo exangue do *Homo economicus*. Pior ainda, a noção de homem se decompôs em fragmentos desarticulados, e o estruturalismo triunfante acreditou poder eliminar definitivamente esse fantasma irrisório.

A fragmentação do homem, por meio do mundo abstrato da ciência, afastou-o da natureza. O norueguês, Arne Naess, em 1970, trabalhou na desconstrução dessa perspectiva. O pensador fundou a corrente filosófica da ecologia profunda e estabeleceu a distinção dessa e da ecologia rasa. A última refere-se a uma visão mecanicista da natureza que está de acordo com o pensamento de Descartes. Os bens naturais são vistos como utensílios para o homem, o qual se encontra em posição superior aos demais seres vivos, e no controle dos elementos da natureza.

A perspectiva da ecologia profunda percebe o ser humano como parte integrada ao ambiente que o cerca. Essa concepção “não vê o mundo como uma coleção de objetos isolados e sim como uma rede de fenômenos indissolivelmente interligados e interdependentes” (CAPRA, 2003, p. 21).

A consciência ecológica é espiritual em sua essência mais profunda, pois nela o ser humano é visto de forma interligada com o cosmo como um todo. Morin e Kern (2002, p.56), no livro *Terra Pátria*, explicam essa ideia de maneira exemplar.

Sua identidade biológica [do homem] é plenamente terrestre, uma vez que a vida emergiu, em terra, de misturas químicas terrestres em águas turbilhonantes e sob céus de tempestades. E essa identidade físico-química terrestre, inerente a toda organização viva, comporta nela mesma uma pluri-identidade cósmica, já que os átomos de carbono necessários à vida terrestre se formam na forja furiosa de sóis anteriores ao nosso, e bilhões e bilhões de partículas que constituem nosso corpo nasceram há 15 bilhões de anos nos primórdios irradiantes de nosso universo.

Apesar de todos os avanços da ciência que mostram a imensidão do Universo, Morin e Kern (2002) colocam que o cosmos não penetrou no espírito do homem, que ainda enxerga a Terra e a humanidade como centro do universo. E apontam a fragmentação como base dessa concepção:

É que hoje nossa filosofia esterilizou o espanto do qual ela nasceu. É que nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar, e não a ligar os conhecimentos, e portanto nos faz conceber nossa humanidade de forma insular, fora do cosmos que nos cerca e da matéria física com que somos constituídos.

Assim, sabemos sem querer saber que nos originamos deste mundo, que todas as nossas partículas foram formadas há 15 bilhões de anos, que nossos átomos de carbono se constituíram num sol anterior ao nosso, que nossas moléculas nasceram na Terra e talvez tenham aqui chegado às vezes por meteoritos. Sabemos sem querer saber que somos filhos desse cosmos, que carrega em si nosso nascimento, nosso devir, nossa morte (MORIN; KERN, 2002, p. 46)

Apesar da limitada cobertura dos meios tradicionais que são enraizados no olhar cartesiano da realidade, existem produções que se desviam desse padrão. Trigueiro (2005) coloca que, no Brasil, mídias alternativas e a internet tem se destacado pela oposição à cobertura fragmentada. Portais na web, como a Ecoagência de Notícias Ambientais, o Portal do Meio Ambiental, a Agência Envolverde e O ECO, disponibilizam reportagens e matérias que agregam uma visão holística dos fatos, trazendo informações e perspectivas que contribuem para a construção de uma cidadania ecológica nas pessoas que têm acesso a esses meios de comunicação.

Como em todas as áreas do jornalismo, o profissional que trabalha com a temática ambiental deve atentar na construção de seu texto para a ampliação do número de fontes utilizadas, a profundidade do conteúdo produzido e a abordagem qualificada dos temas tratados (BUENO, 2007). A partir de uma visão sistêmica do mundo, o jornalista ambiental poderá atingir esses objetivos de produção qualificada com maior facilidade, percebendo os mais diversos elementos e vozes que influenciam um acontecimento e, com isso, levando à sociedade um entendimento adequado dos fatos.

“Todo o conhecimento da realidade não animado e controlado pelo paradigma de complexidade destina-se a ser mutilado e, nesse sentido, a carecer de realismo.” (MORIN, KERN; 2002, p.126). Morin e Kern defendem a ideia de que a compreensão da realidade só pode ser atingida a partir da perspectiva sistêmica, que entenda o contexto no qual estão inseridos os acontecimentos, sem olhá-los apenas sob uma única visão, seja ela econômica, histórica, cultural ou ambiental.

2.3 *Funções, parcialidade e desafios do jornalismo ambiental*

Além da especificidade da perspectiva sistêmica, segundo Bueno (2008), o jornalismo ambiental possui três funções básicas: a informativa, a política e a pedagógica. A informativa diz respeito à necessidade do público em ter informações que tratam da temática ambiental, abordando impactos de posturas, processos e modelos. A função política fala sobre a capacidade que o jornalismo ambiental tem de promover a mobilização da população e a vigilância do poder público. A pedagógica abrange a explicação das causas dos problemas ambientais e a indicação de caminhos para superação deles.

Dornelles (2008) aponta que a temática ambiental precisa da função pedagógica, pois necessita disseminar conhecimentos e informações para que a população participe dos debates sociais. Loose e Girardi (2012, p.2) também elucidam a função pedagógica.

Os traços didáticos estão presentes na atividade ainda que muitos neguem. Devido aos públicos heterogêneos eles são imprescindíveis para que até os fatos complexos, mas muitas vezes corriqueiros, possam ser entendidos por uma grande parcela de pessoas, com variados repertórios culturais. Quando se trata de jornalismo ambiental, a didatização dos conhecimentos é quase uma obrigação, tendo em vista a especificidade de termos e a minuciosidade dos eventos científicos, difíceis de serem compreendidos até por aqueles que tem por missão divulgar os aspectos de tal campo.

O jornalismo ambiental é um espaço onde não cabe a imparcialidade, isso porque ele lida com interesses políticos e econômicos e com a realidade concreta. O jornalista ambiental é militante da causa ecológica. Nesse sentido, Dornelles (2008) considera fundamental a adoção de um novo estilo de fazer na profissão, que não seja neutro e imparcial, ou que pelo menos, não fundamente seu discurso nessas premissas. Apesar da defesa da parcialidade na construção do jornalismo ambiental, a autora não considera que exista imparcialidade nos meios de comunicação. Segundo ela,

[...] a atual cobertura já é parcial; ela protege, defende e dissemina interesses empresariais, subsidiados por agências e assessorias de comunicação. O que queremos é que a imprensa passe a defender explicitamente os interesses do povo, da sociedade como um todo, e não apenas sua elite. (DORNELLES, 2008, p. 47)

Muitas vezes, a defesa dos interesses empresariais permeia as pautas que tratam da ecologia (BUENO, 2007). O apontamento dessa realidade é preocupante, tendo em vista que toca um dos princípios éticos do jornalismo, que é o seu não comprometimento com interesses econômicos.

Bourdieu (1997) aponta, na obra *Sobre a Televisão*, o viés mercadológico que muitas vezes a imprensa agrega. Segundo o pensador, os jornalistas selecionam fatos na realidade e os reconstróem evidenciando o caráter dramático e sensacional que possuem, para que assim possam seguir as leis de mercado, que exigem a distração ao invés de informação sólida, verossímil e crítica.

Patrick Champagne (1997), no livro *A miséria do Mundo*, analisando a realidade francesa, exemplifica a cobertura jornalística preocupada com o mercado quando fala sobre acontecimentos de vandalismo ocorridos em um subúrbio francês no início da década de 90. Os atos foram supostamente gerados a partir da indignação da população local com a morte de um menino estrangeiro em uma batida policial.

Para então reportar esses acontecimentos à sociedade os jornalistas fizeram um recorte dessa realidade a partir de uma visão focada na violência, a qual é a mais espetacular e enquadra-se às exigências do mercado. Os carros queimados, o supermercado em chamas, os confrontos com a polícia ficaram em evidência na visão midiática, os jornalistas não consideraram relevante expor as razões sociais que levaram a repercussão desses acontecimentos.

Daniel Cornu (1994), no livro *Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação*, explica que, por ser a informação um bem social, o jornalista não deve basear suas atitudes em interesses materiais ou morais, ou seja, deve ser autônomo de forças políticas ou econômicas. Os jornalistas, por terem como dever informar à sociedade, não possuem direito de transpor os princípios democráticos e também não podem violar o direito da dignidade à pessoa humana.

Apesar disso, constantemente o jornalista é colocado em conflitos éticos. De um lado a concepção editorial da empresa jornalística e de outro a sua consciência individual. Nessas situações, pode-se ter como exemplo a cobertura de tragédias e desastres nos quais o sofrimento das vítimas muitas vezes é explorado, sem respeitar o direito fundamental da dignidade da pessoa

humana. A exploração por esse viés vai de acordo com uma concepção sensacionalista, a qual Bourdieu (1997) aponta como estratégia de captação de audiência.

É a liberdade condição para se atingir uma informação verdadeira e justa. Contudo, a verdade só por si não pode determinar toda a boa informação. Cornu, citando P. Ricoeur, coloca que o “trágico de toda a ação humana é que não é possível servir todos os valores ao mesmo tempo” (RICOEUR apud CORNU, 1994, p. 124). Apesar das disposições deontológicas, o jornalismo não tem cumprido com seu dever moral.

Como pode a imprensa fiscalizar o poder – um de seus deveres supremos – se ela se converteu num negócio transnacional, oligopolizado em conglomerados da mídia que trafica influência junto aos governos para conseguir mais concessões de canais e mais facilidades de financiamentos públicos? Onde está a independência do jornalismo? (BUCCI, p. 12, 2000)

Bucci (2000), vê nos conglomerados internacionais uma antidemocracia; a democracia, contudo, é essencial à ética. “Sem diversidade, como é natural, não pode haver uma imprensa ética – pois ela tenderá a representar apenas a voz das grandes corporações” (BUCCI, 2000, p. 14).

Os interesses econômicos e políticos que permeiam o fazer jornalístico, conforme apontam os autores citados, também atingem a concepções do ambientalismo. Dentro do desenvolvimento do discurso da sustentabilidade ao longo do tempo, merece destaque a apropriação das ideias ambientais pelo pensamento neoliberal. Leff (2001) destaca que o neoliberalismo distorce o ambientalismo, enxergando os problemas ecológicos de forma desvinculada da acumulação de capital. Nessa perspectiva,

[...] os processos ecológicos e simbólicos são reconvertidos em capital natural, humano e cultural, para serem assimilados ao processo de reprodução e expansão da ordem econômica, reestruturando as condições da produção mediante uma gestão economicamente racional do ambiente. (LEFF, 2001, p. 23)

O capitalismo nega os limites do crescimento, gerando uma inércia perante o atual padrão de crescimento econômico. Essa concepção é muito diferente do conceito de ecodesenvolvimento surgido na década de 70, o qual defende uma mudança nos paradigmas de utilização dos bens naturais pelo ser humano. O que acontece nessa apropriação neoliberal do pensamento ecológico

é uma perversão. Quer-se garantir à humanidade que é possível viver sustentavelmente dentro de uma sociedade consumista e que todos os países podem atingir um padrão de vida igual ao primeiro mundo.

Nesse mesmo sentido, existe uma estratégia simbólica que define a biodiversidade como um bem comum da humanidade e “recodifica as comunidades do Terceiro Mundo como parte do capital humano do planeta” (LEFF, 2001, p. 26). O discurso da sustentabilidade neoliberal defende o crescimento econômico como um processo sustentável e não internaliza a ecologia na produção.

Dessa maneira, é frequente dentro de matérias e reportagens a concepção de que é possível a sustentabilidade dentro do modelo atual de desenvolvimento, o qual não é sustentável. Cenci, Prosser e Roesler (2012, p.7) apontam a necessidade de mudança perante esse paradigma,

A sociedade de consumo, capitalista e neoliberal, bem como a ciência a serviço dessa sociedade necessitam uma reflexão e avaliação, para ressignificar as relações homem-natureza, sob pena do aumento das desigualdades e do distanciamento entre os homens, os grupos sociais, culturas e países. Precisa resgatar a ética, em busca do equilíbrio, que perpassa desde as relações do homem consigo mesmo, com o outro e com o seu meio ambiente.

Bueno (2007, p.14) explica que as “mídias conservadoras e comunicadores desavisados tendem, muitas vezes, a ignorar as raízes do jornalismo ambiental, sua disposição irrecusável para a mobilização e para o despertar de consciências”, fazendo com que ele fique preso a interesses econômicos e políticos.

O autor defende que o jornalista ambiental não pode deixar de ser militante. Militância, segundo ele, é o compromisso primordial com a conscientização e luta contra as desigualdades. Para isso, deve-se deixar de lado a neutralidade e tomar partido. O “lado” é o do meio ambiente e das demandas socioambientais. Para o jornalista ambiental, é mister “investigar as causas e consequências da ação nefasta dos grupos econômicos que degradam o meio ambiente” (BUENO, 2007, p. 21).

Assim, Belmonte (1997) aponta que a opinião do repórter é necessária para construir uma boa reportagem. Para ele

O que existe, e deve ser perseguida, é a honestidade. Quando escolhemos uma pauta, a abertura de uma matéria ou um título estamos sendo parciais, vendo o mundo com os nossos olhos. Afinal de contas somos seres humanos, e não máquinas de calcular. (BELMONTE, 1997)

O mito da imparcialidade propagado pelo jornalismo, portanto, cai por terra quando se está dentro de uma perspectiva ecológica e sistêmica do fazer da profissão. O “lado” do jornalista ambiental é claro: o do meio ambiente, o que não significa uma cegueira parcial, mas sim uma percepção da realidade que ultrapasse questões e interesses econômicos e políticos.

A cobertura ambiental também exige do jornalista uma perspectiva que fuja da fragmentação do pensamento cartesiano. É importante ressaltar que um dos principais problemas apontados por Bueno (2007), para a realização de boas e completas matérias sobre meio ambiente, é a falta de capacitação dos jornalistas para a cobertura dessas temáticas.

Para a própria crítica do problema de preparo dos profissionais, é necessário um olhar sistêmico. Massierer (2011) explica a necessidade de se ter em evidência que diversos fatores influenciam no fazer jornalístico, como os econômicos, políticos e tecnológicos. O fazer do jornalista vai muito além do indivíduo. O jornalista está inserido dentro de uma lógica de produção.

Uma dificuldade, a qual se encaixa dentro da lógica do sistema de produção de informações, que Massierer (2011) aponta é a questão do tempo escasso que os jornalistas possuem para fazer uma matéria. E, além disso, também existe a falta de espaço para escrevê-la, no caso dos veículos impressos. É importante perceber que as rotinas influenciam de maneira significativa a produção jornalística.

Assim, as matérias sobre o meio ambiente seguem a mesma lógica de construção de qualquer outra notícia, e não critérios estabelecidos pelo jornalismo ambiental. Coleta de dados, apuração, estruturação da matéria, edição e publicação, seguindo os padrões organizacionais, mas atravessadas por lógicas também subjetivas, integram um processo complexo de recorte e reconstrução da realidade através da publicação de fatos sociais. As rotinas de produção jornalística tornam-se, dessa forma, o novo vilão do meio ambiente. (MESSIERER, 2011, p.27)

As matérias sobre meio ambiente muitas vezes não se encontram em primeiro plano no interesse dos editores. Para Belmonte (1997), um esforço necessário ao jornalista que trabalha com meio ambiente é a habilidade de vender a pauta, visando uma linguagem simples e temas

que sejam de interesse do público. O jornalista tem que disputar com seus colegas a importância da realização das reportagens que propõe. As informações devem ser muito bem embasadas para enfrentar pressões contrárias à publicação da pauta proposta, como políticas e econômicas.

O jornalista ambiental, portanto, precisa ter em mente que no meio ambiente não cabe a imparcialidade, que deve estar capacitado para realização de suas matérias, tanto técnica como eticamente. Além disso, precisa disputar espaço nas publicações jornalísticas com pautas de interesse público e saber adaptar-se às rotinas de produção dos grandes veículos, ao mesmo tempo que deve trazer o paradigma revolucionário da complexidade a suas produções e suas instituições de trabalho.

2.4 Fontes e Jornalismo Ambiental

O fazer jornalístico não existiria se não fossem as fontes. O jornalista busca as informações que compõem seus textos em diversas esferas da sociedade e de inúmeras formas. As fontes podem ser públicas ou privadas, oficiais ou não oficiais, documentos, relatórios, artigos, trabalhos acadêmicos, outros meios de comunicação, etc. Além das fontes e dos jornalistas, cabe salientar que existem outros agentes que interferem na construção da notícia, como o editor que sanciona ou altera o texto e a organização jornalística que possui sua linha editorial.

Não existe informação verídica sem o rigor do tratamento das fontes. E isso só é possível a partir de uma postura ética do jornalista. Cornu (1994) aponta algumas ações fundamentais para o profissional atingir esses objetivos. O jornalista, durante a produção de conteúdos, não deve suprimir informações essenciais ou alterar documentos que utiliza como fonte; ele possui o dever de somente publicar informações de fontes conhecidas; e, deve se abster de publicar informações, caso suas fontes não possam ser identificadas na matéria. Apesar de a deontologia jornalística explicar o cuidado que o profissional precisa ter ao tratar com as fontes, na efervescência das práticas profissionais, devido à concorrência mercadológica e as rotinas de produção, os mecanismos de apuração de informação ficam prejudicados.

Muitos estudos já foram elaborados no campo jornalístico no que se refere a fontes. Segundo Rogério Santos (2003), David Manning White, na década de 1950, chamou atenção para o nível subjetivo das escolhas do repórter no processo de construção da notícia. Estudos empíricos posteriores revelaram os constrangimentos organizacionais, os quais estabelecem mecanismos de controle que direcionam o repórter na construção de seu texto (SANTOS, 2003). “A notícia não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem, mediadas pelas organizações noticiosas, rotinas jornalísticas e convenções.” (SANTOS, 2003, p. 18).

Rodrigo Alsina (2009) traz para essa discussão os teóricos Harvey Molotch e Marilyn Lester. Esses estudiosos afirmam que, para tornar um acontecimento público, são necessários três fatores: os promotores da notícia (fontes), os fazedores das notícias (jornalistas), e os consumidores das notícias (a audiência). Segundo Rodrigo Alsina (2009, p. 166):

O vínculo que se estabelece entre fonte e jornalista [...] é algo interativo e de reflexão; fica sujeito à negociação ideológica e linguística, e, principalmente, a influências externas do campo da informação.

Outros estudos também revelam que existem diversos níveis hierárquicos entre as fontes. Os jornalistas fazem uma seleção a partir de alguns critérios. Segundo Santos (2003), a partir do estudo de Leon Sigal, ficou evidenciado que os jornalistas preferem fontes conhecidas a fontes desconhecidas. “Só arranja um desconhecido como fonte quando há um desvio, quebra de rotina, acidente ou ação espetacular” (SANTOS, 2003, p. 19).

Nesse sentido, em relação a catástrofes, Amaral (2011) explica que em acontecimentos desse tipo, o sentido do fato se dá na experiência de um indivíduo que o viveu. Os acontecimentos assim são individualizados, por pessoas ou coletivos sociais que vivenciaram a tragédia. “As fontes jornalísticas auxiliam na constituição do acontecimento e no enquadramento dado a ele, a partir de relatos que envolvem conhecimento, poder, experiência, vivências e emoções” (AMARAL, 2011, p. 65). Segundo Amaral (2011), o enquadramento que a mídia dá às tragédias é predominantemente o dramático. Atualmente existe uma evidência da individualização dos relatos.

Trabalhos mostram que, anteriormente, quando pessoas eram atingidas por uma tragédia, relatava-se o caso de forma generalizada com a presença de alguns testemunhos anônimos. Hoje, as pessoas são apresentadas com nome, idade, profissão e aparecem

como sendo vítimas da interrupção de uma vida cheia de felicidades e de projetos. (AMARAL, 2011, p. 71)

Os indivíduos que participam de tragédias são colocados como fontes nas matérias jornalísticas devido ao seu grau de sofrimento. Os relatos dos indivíduos, dessa maneira, são completamente parciais. Amaral (2011) aponta que, por meio do testemunho no relato jornalístico, a narrativa pode ser espetacularizada e também descontextualizá-la, devido à singularização extrema do acontecimento, vê-se então uma fragmentação da construção da notícia que percebe o fato por praticamente um único enfoque.

Ao contrário das fontes oficiais, oficiosas e dos *experts*, os testemunhos exercem funções peculiares no jornalismo não focadas na explicação cognitiva dos fatos. Por mais *media training* que tenham recebido, a característica da fala do testemunho é a fala do urgente, do pungente, do desespero, do sofrimento e da busca de solução individual. (AMARAL, 2011, p. 74)

Apesar do acionamento de fontes anônimas em eventos que quebram o cotidiano, de maneira geral, Hebert Gans, conforme Santos (2003), verificou que as fontes conhecidas aparecem cerca de quatro vezes mais que as desconhecidas. Além disso, a fim de dar caráter legítimo às informações, os jornalistas de maneira geral optam por fontes oficiais a não oficiais. Gans também identificou uma luta entre jornalista e fonte. “Cada parte gere a outra, o que indica uma relação de negociabilidade na construção da notícia” (SANTOS, 2003, p.25).

Edie Goldenberg, segundo Santos (2003), faz uma distinção entre as fontes de fracos recursos e as que possuem fortes recursos. Essas últimas têm maior probabilidade de noticiabilidade e seriam, por exemplo, as fontes do governo. Enquanto existem agentes de informação que tem acesso praticamente imediato aos meios de comunicação, outros não conseguem entrar no circuito de informação por fatores hierárquicos. As instituições de nível nacional impõem-se às de nível local, as empresas aos grupos de cidadãos (SANTOS 2003) e assim por diante.

Dentro dessa discussão, Rodrigo Alsina (2009) fala de duas considerações importantes. A primeira é a de que as fontes localizadas em uma melhor hierarquia geralmente condicionam os jornalistas, pois são as mais consultadas. A segunda condição fala sobre a organização na qual o jornalista está inserido, que impõe limites e condições à rede de fontes do profissional,

configurando-se uma rede de fontes rotineiras. As fontes não rotineiras são aquelas que o jornalista deve buscar, quando se precisa ir além da informação de fácil acesso.

Massierer (2011) evidenciou, em sua pesquisa, que no Correio do Povo e na Zero Hora, jornais de maior circulação na capital gaúcha, há uma busca por fontes legitimadas pelo poder e com credibilidade oficial.

As fontes e as instituições com assessorias de imprensa especializadas tem mais chance de serem reconhecidas pelos jornalistas do que aquelas que não contam com esse apoio. Isso porque o poder atribuído às fontes não é dado somente pelo jornalismo, mas consolidado a partir do poder instituído pela sociedade e que está em permanente estado de negociação em todos os campos. (MASSIERER, 2011, p.18)

Para Massierer (2011) o início da formatação das notícias acontece na escolha das fontes, as quais sempre estão relacionadas ao poder dado pela sociedade. A falta de tempo para apuração das notícias *in loco* limita o jornalista ao contato com fontes, por meio do telefone, internet e assessorias de imprensa.

O desafio, segundo ela, é trazer ao discurso jornalístico o maior número de vozes possível e, dessa maneira, levar à sociedade um relato multifacetado e multifocal ao acontecimento narrado. Girardi, Pedroso e Baumont (2011) também mostram, a partir de uma pesquisa com o Caderno Ambiente do jornal Zero Hora, a extensa utilização de fontes oficiais. Segundo as autoras, das 39 matérias analisadas, somente em treze apareceram fontes não oficiais.

Na área ambiental, também é frequente a utilização de fontes da área acadêmica, a partir das quais a “neutralidade” da ciência e da tecnologia é defendida (BUENO, 2008). Porém, isso provoca uma marginalização de fontes importantes para compreensão dos fatos ambientais. Na teoria, o jornalismo ambiental visa incluir diversos atores sociais, além de técnicos e especialistas, o agricultor familiar, o povo da floresta e o cidadão de rua. A perspectiva de multiplicação de vozes e enfoques é contrária ao que tem sido feito na mídia, segundo os estudos anteriormente citados. E quando os cidadãos comuns são ouvidos, nas matérias e reportagens, eles “são incorporados como objetos ou reduzidos a meros espectadores ou vítimas do processo de degradação do meio ambiente” (BUENO, 2007, p.44).

A partir do pensamento cartesiano que vê a ciência como imparcial e fonte de conhecimentos fidedignos e verdadeiros, construiu-se o que Bueno (2007) chama de “ambientalismo light”. Na crença de que fontes da ciência e da academia são isentas, muitas vezes elas são consultadas e utilizadas sem nenhuma preocupação.

Os jornalistas não percebem que a lógica do mercado também permeia os ramos científicos e muitas pesquisas são patrocinadas por empresas poluidoras. A crença de que a ciência traz consigo a neutralidade e a objetividade faz com que os jornalistas não percebam os vínculos entre a comunidade científica e a empresarial. A imprensa acredita “[...] que as fontes da ciência, em princípio, não tem compromissos além dos muros das universidades e das paredes dos laboratórios. Assume, portanto, a neutralidade científica que, assim como a jornalística, constituem-se num mito.” (BUENO, 2007, p. 99-100).

As fontes muitas vezes são também determinadas por interesses econômicos. “À exceção de alguns nichos na grande imprensa e das chamadas mídias ambientais, os meios de comunicação tem feito o jogo dos grandes interesses” (BUENO, 2007, p. 85) e “nunca o assédio dos anunciantes à imprensa foi tão descarado e, certamente, nunca encontrou terreno tão propício para fazer valer os seus interesses” (BUENO, 2007, p. 87). Conforme aponta Belmonte (1997), grandes conglomerados empresariais implantam notícias na imprensa, além de exercer lobby na legislação ambiental.

Outro erro frequente cometido pelos jornalistas ambientais é a utilização das fontes oficiais, excluindo do discurso jornalístico entidades da sociedade civil. O que também é frequente no jornalismo de maneira geral, como explicado por Alsina (2009) e Santos (2003). Um dos princípios fundamentais em relação às fontes no jornalismo ambiental é falado por Bueno (2008, p.111):

No jornalismo ambiental, [as fontes] devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente.

A ponderação é sempre essencial. Belmonte (1997) alerta que os repórteres devem escutar tanto pesquisadores como ambientalistas; contudo, o importante é que precisam tomar cuidado para que não se tornem assessores de comunicação de instituições da sociedade civil. Utilizando a

colocação de Belmonte, pode-se destacar, segundo os princípios do jornalismo ambiental e os estudos sobre fontes já expostos, que o jornalista também não deve prestar assessoria de comunicação ao poder econômico e, muito menos, ao político.

2.5 *As tragédias ambientais*

As tragédias ambientais como pauta geralmente recebem espaço nos grandes meios de comunicação, por serem vistas como forma de aumentar a audiência (BUENO, 2007). As catástrofes, conforme aponta Belmonte (1997), também são abordadas quando possuem algum reflexo no exterior do país. Bueno (2008) avalia a espetacularização da tragédia ambiental como um problema a ser enfrentado. O erro, segundo ele, está em tentar se alcançar soluções sem visualizar o quadro completo do fenômeno.

O Jornalismo Ambiental se ressentir desta perspectiva acrítica de veículos e jornalistas que contemplam questões ambientais a partir de fatos isolados, de acidentes ambientais espetaculares, [...] significa uma cobertura estática, paralisante, do meio ambiente, como se fosse possível e desejável ver a questão ambiental isolada de sua dinâmica, de suas causas e, portanto, distante de grandes interesses que a promovem e a sustentam. (BUENO, 2008, p. 115 – 116)

No *Correio do Povo* e na *Zero Hora*, Massierer (2011) aponta que o meio ambiente torna-se pauta quando é um assunto factual na editoria de Geral, principalmente em casos de tragédia, na exceção de se encontrar em cadernos especiais.

Eis um dos desafios do jornalismo ambiental: propor que o assunto meio ambiente não seja tratado somente em momentos em que o tema está relacionado a desastres em que não seja possível ignorar sua relevância, mas de forma transversal. A brevidade presente em todas as fases de constituição de uma notícia pode ser considerada como um fator limitante para empregar às matérias sobre o meio ambiente maior complexidade e não fragmentação (MASSIERER, 2011, p.27)

As tragédias ambientais são cada vez mais frequentes. Segundo a ONU, a cada ano cerca de duzentos milhões de pessoas são afetadas por inundações, secas, tormentas, terremotos, deslizamentos de terra, incêndios florestais e outros eventos adversos que geram grandes tragédias humanas e enormes perdas econômicas. Os desastres ambientais têm preocupado tanto a comunidade internacional que a ONU declarou a década de 90 como a *Década Internacional de*

Redução de Desastres Naturais (DIRDN). Conforme o manual de Comunicação de Risco e de Desastres da Defesa Civil Nacional (2010), podemos conceituar desastre como

O resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pela ação humana sobre um ecossistema vulnerável, podendo causar dano às pessoas ou provocar estragos materiais e/ou ambientais – e consequentes prejuízos econômicos e de ordem social (BRASIL, 2010, p. 26)

Os deslizamentos de terra, um dos eventos adversos que provocam desastres ambientais, são fenômenos geológicos que se originam a partir de quedas de rochas, falência de encostas em profundidade e fluxos superficiais de detritos. O manual esclarece que existem situações de maior vulnerabilidade, onde os prejuízos provocados por desastres podem ser maiores. Casas construídas em morros ou em beira de rios, por exemplo, têm a probabilidade evidente de serem atingidas por deslizamentos ou enchentes, provocando assim prejuízos sociais e econômicos, além de ambientais.

As cidades são o palco de diversos desastres ambientais. Hoje mais da metade da população mundial vive em ambiente urbano, e a relação entre ambiente natural e construído torna-se cada vez mais complexa (SIRKIS, 2003).

A impermeabilização do solo, as concentrações de edifícios, os desmatamentos em encostas ou margens de rios, o assoreamento e a retificação ou canalização de rios são ações que afetam o ambiente natural de uma determinada maneira. Se a ação do homem tende ao desequilíbrio, o ambiente natural certamente reage, trazendo efeitos inesperados para o ambiente construído e seus ocupantes: inundações, secas, microclimas adversos, erosão, desabamentos, enchentes, voçorocas, ambientes insalubres. (SIRKIS, 2003, p.216)

Tasca, Goerl e Kobiyama (2010) afirmam que o Brasil está sujeito a diversos desastres naturais, contudo são os hidrológicos os mais recorrentes. O país não possui políticas de prevenção. O poder público trabalha apenas com a gestão de crise, não tem o enfoque de ações na gestão de risco. Apesar disso, sabe-se que a cada R\$ 1,00 investido em prevenção economiza-se R\$ 25,00 em obras de reconstrução. Segundo dados trazidos por Tasca, Goerl e Kobiyama (2010) do Fórum Mundial da Água, o número de fenômenos relacionados com a água triplicou desde a década de 70, somando 71% de todas as mortes causadas por desastres naturais.

Existe a necessidade de se pensar em uma ecologia urbana a qual veja a cidade como um ecossistema onde tudo está interligado. Um dos maiores problemas da América Latina é a cidade

informal, onde diversas construções em lugares perigosos são feitas (SIRKIS, 2003). “Nas grandes cidades latino-americanas, asiáticas, africanas, árabes e em partes crescentes do leste da Europa, proporções variando de 20% a mais de 80% das edificações são ilegais, foram construídas sem licença e fora das leis urbanísticas” (SIRKIS, 2003, p. 220).

Essas condições contribuem para diversos problemas ambientais, além do saneamento básico, riscos de desabamento e inundações. No Brasil, segundo dados do Censo 2010, existem hoje aproximadamente 200 milhões de habitantes e a concentração de pessoas nas áreas urbanas é cada vez maior. E, como Belmonte critica na mídia, “o tema ambiental vai e vem ao sabor das tragédias” (2003, p.22).

No Brasil, as tragédias relacionadas à água estão ligadas à degradação de áreas frágeis, ao desmatamento e à ocupação irregular. Todas as regiões de nosso país, excetuando o centro-oeste, atualmente têm as inundações entre os desastres naturais mais comuns.

O Brasil encontra-se entre os países do mundo mais atingidos por inundações e enchentes, tendo registrado 94 desastres no período de 1960 a 2008, com 5.720 mortes e mais de 15 milhões de pessoas afetadas. Considerando somente os desastres hidrológicos que englobam inundações, enchentes e movimentos de massa, em 2008 o Brasil esteve em 10º lugar entre os países do mundo em número de vítimas de desastres naturais, com 1,8 milhões de pessoas afetadas. (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009)

Na cobertura midiática e na sociedade, conforme alerta Belmonte,

A chuva é sempre acusada de deixar desabrigados, causar engarrafamentos e até matar. Ninguém se lembra dela quando um novo loteamento estapafúrdio é aprovado por burocratas municipais aumentado ainda mais a ‘panela’ urbana, nem quando os projetos ignoram completamente o curso original dos rios, lagos e banhados. (BELMONTE, 2004, p.27)

No Brasil, os desastres climáticos são uma realidade. O país, por mais que não seja atingido por tragédias como terremotos e tsunamis, possui um contexto de propensão a ser assolado por fenômenos climáticos extremos, como a chuva excessiva. Para o entendimento desses fatos é necessário também uma visão sistêmica da realidade, a qual encare a causa dos deslizamentos e enchentes, a chuva, como também, uma consequência da desordem urbana e do sistema político e econômico que não previne tais tragédias. O jornalismo, neste contexto, não deve perceber somente o factual, mas também os mais diversos elementos que interferem e constroem as cenas dos dramas ocasionados pelas chuvas.

3 METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO

A metodologia da análise de conteúdo (AC) é tradicional nas pesquisas em comunicação. Ela iniciou nos Estados Unidos na área jornalística, com Lasswell e Lazarsfeld, no início do século XX. A juventude do método, na década de 40, foi marcada por preocupações e anseios que buscavam a objetividade das análises, por meio da quantificação excessiva. Um dos motivos dessas inquietações era a forte influência positivista nas ciências humanas (FONSECA JÚNIOR, 2009). O positivismo trazia a perspectiva da cientificidade e da objetividade aos estudos da sociedade e influenciou de maneira significativa a AC.

A definição para análise de conteúdo de Bernard Berelson, elaborada em 1952, é uma das mais clássicas e possui forte influência dessa corrente da sociologia. O autor define a metodologia como: “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (FONSECA JÚNIOR, 2009, p. 281).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os estudos em AC tiveram uma guinada, porque existia uma necessidade do governo americano analisar produtos jornalísticos suspeitos. Entre os anos de 1940 e 1950, 25% dos estudos de análise de conteúdo se referem à política, tentando entender a II Grande Guerra. Segundo Bardin (1979), a análise estatística proporcionada pela AC elucidou o que muitas vezes a análise subjetiva não conseguia fazer.

Até aquele momento, resultados significativos apareceram.

(1) a incorporação de ricos marcos teóricos com a adesão de muitos cientistas sociais eminentes; (2) a definição de conceitos bastante específicos, como os de atitude, esteriótipo, estilo, símbolo, valor e métodos de propaganda; (3) a aplicação de ferramentas estatísticas mais precisas, especialmente aquelas procedentes de enquetes e experimentos psicológicos; e (4) a incorporação dos dados procedentes da análise de conteúdo em trabalhos de maior envergadura. (FONSECA JÚNIOR, 2009, p. 283)

Bardin explica (1979) que, entre 1950 e 1960, houve uma aplicação da metodologia em muitas disciplinas. A perspectiva fortemente quantitativa da análise de conteúdo foi se reformulando, transformando a inferência em uma das etapas fundamentais de aplicação do

método. A inferência seria uma implicação lógica, feita pelo analista, a partir dos aspectos analisados dos documentos e do aporte teórico do pesquisador.

A análise de conteúdo, então, passou a não ser mais considerada uma metodologia excessivamente descritiva, os estudiosos começaram a perceber que o real objetivo da AC é a inferência. “Toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações” (BARDIN, 1979 p. 22).

Com contribuições de diversas áreas de conhecimento, buscava-se procurar as intenções dos locutores dos textos e posições de seus interlocutores, durante a análise. Essa reformulação levou a AC a atenuar sua origem positivista (FONSECA JÚNIOR, 2009). Apesar da ascensão da inferência como etapa fundamental da AC, a metodologia, na época que Bardin escreveu seu clássico “Análise de Conteúdo”, confrontava-se com duas orientações de aplicação: “a da verificação prudente ou a interpretação brilhante” (BARDIN, 1979, p. 29). Durante a sua história, a AC tomou importância evidente, conforme explica Fonseca Júnior (2009, p. 281),

[A análise de conteúdo] Nas ciências políticas, por exemplo, propiciou a descoberta de armas secretas alemãs pelos britânicos, a partir do estudo da propaganda nazista; na psicologia, contribui para diagnóstico de pacientes por meio da análise da gravação de entrevistas terapêuticas; na crítica literária, permitiu destacar os traços característicos do estilo de um autor; na sociologia, a compreender a diversidade das mentalidades nacionais; na comunicação de massa, a comparar as atitudes adotadas por diferentes jornais em período eleitoral.

Segundo, Bardin (1979), o rigor da AC permite a fuga das análises rasas. A autora aponta que a análise de conteúdo possui dois objetivos: a ultrapassagem da incerteza, ou seja, verificar se a leitura do pesquisador é válida e generalizável; e o enriquecimento da leitura: após um olhar imediato, com a análise de conteúdo, é possível aumentar a pertinência da leitura. São dois polos: “desejo de rigor e necessidade de descobrir” (BARDIN, 1979, p. 29).

A AC é considerada uma técnica híbrida, pois traz consigo tanto aspectos quantitativos, marcados pelo rigor da objetividade estatística, quanto qualitativos, que buscam a interpretação confiável, por meio da inferência. Na análise quantitativa, o que se destaca é a frequência das características do conteúdo, na qualitativa é a presença ou ausência dessas características ou o conjunto delas.

Bardin (1979) explica a análise quantitativa da seguinte maneira: “obtem dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objectiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada” (p.115). A análise qualitativa é mais intuitiva e adaptável e não é utilizada para analisar frequências fortes. Ela é caracterizada pela “inferência – sempre que realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição em cada comunicação individual” (BARDIN, 1979, p.115-116).

Herscovitz (2007, p. 126) aponta o enriquecimento proporcionado pela união dos dois aspectos e também a necessidade de conexão entre eles, para uma análise mais apurada:

A necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo decorre do reconhecimento de que os textos são polissêmicos – abertos a múltiplas interpretações por diferentes públicos – e não podem ser compreendidos fora de seu contexto. Ao tentar determinar e interpretar o possível significado de um texto para o público, a análise de conteúdo não pode perder-se em incompatibilidades metodológicas e sim reunir as duas visões para confirmar seus resultados.

A AC também tem sido aprimorada pelo avanço da tecnologia. Atualmente tem se usado muitos programas de computador para efetuar a análise. Também tem se utilizado a AC juntamente com outros métodos de pesquisa, como a análise semiótica e a etnografia. Fonseca Júnior (2009) coloca que o método mostra-se bastante adaptável às mudanças e exigências do campo comunicacional. Bardin, em 1979, já explicava que o pesquisador tem a capacidade e liberdade de moldar a metodologia aos seus objetivos. “A técnica de análise de conteúdo, adequada ao domínio e ao objectivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento” (p.31), assim sentenciou a autora.

Para Herscovitz (2007), um dos principais usos da metodologia é para avaliar um grande volume de informações. Ela ainda aponta

A análise de conteúdo pode ser empregada em estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios. Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambigüidades ou ideologias presentes nos materiais examinados. (HERSCOVITZ, 2007, p. 127)

Os principais fundamentos da análise de conteúdo, segundo Fonseca Júnior (2009), são que ela cumpre com requisitos, como a confiabilidade e a sistematicidade da pesquisa. Possui o

caráter sistemático, pois os procedimentos aplicados no conteúdo são os mesmos em todas suas partes. E é confiável, pois diferentes pessoas podem aplicar as categorias definidas a um objeto e chegar às mesmas conclusões.

A AC também tem caráter fundamentalmente empírico, envolve ideias, além do conteúdo como mensagem, comunicação e sistema. Fonseca Júnior define a metodologia da seguinte forma: “a Análise de Conteúdo (AC), em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa” (FONSECA JÚNIOR, 2009, p. 280).

Bardin (1979) explica que o interesse, na análise de conteúdo, são os saberes que se podem obter pelas inferências. Estas são realizadas pelo analista quando entra em contato com os dados obtidos pela análise. A autora aponta o papel essencial da dedução no processo de análise. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1979, p. 38).

Segundo Bardin (1979), pode-se analisar tanto os significados quanto os significantes do texto. O objeto da análise de conteúdo é a palavra, aspecto individual da linguagem, ou seja, a prática da língua, e não a língua em si. E o seu objetivo é “o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 1979, p. 44).

Fonseca Júnior (2009), citando Krippendorff, explica os marcos de referência da análise de conteúdo. Os dados que são as partes elementares da análise. O contexto no qual estão inseridos os dados. O conhecimento do pesquisador que norteia a pesquisa. O objetivo da análise. A inferência que permite a relação entre os dados e o contexto. E a validação das inferências, que permitem a confiabilidade das conclusões.

É importante se ter em vista que “o gênero de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo não pode ser tomado como prova inelutável. Mas constitui, apesar de tudo, uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa”

(BARDIN, 1979, p.81). A autora também aponta a satisfação que pode ser alcançada pelo pesquisador.

A alegria do investigador é enorme, quando o estudo “bate certo” (confirmação ou infirmação de uma hipótese, não importa, desde que se obtenham resultados), ou quando um “achado” permite que se siga por outra pista ou em direção a outras interpretações. (BARDIN, 1979, p. 80-81)

A análise de conteúdo é uma metodologia tradicional na área da comunicação que não se encontra estanque e permite ao pesquisador o alcance de resultados confiáveis para sua investigação e, dessa maneira, a produção de conhecimento e indicação de novos caminhos de pesquisa, assim como aponta Bardin.

3.1 Como aplicar a análise de conteúdo

Uma das primeiras etapas para efetivar qualquer pesquisa é a definição de seu *corpus*; na análise de conteúdo esse *corpus* é formado pelos documentos a serem analisados, os quais são determinados por algumas regras, segundo Fonseca Júnior (2009). A da homogeneidade que delimita um padrão dentro do *corpus*, seja da natureza dos textos, do gênero ou do assunto. A regra da exaustividade ou da representatividade, a primeira que considera todos os elementos do *corpus* e a segunda, caso o volume de documentos seja muito grande, que define uma amostra de estudo dentro do *corpus*. E a regra da pertinência, pois todos os documentos devem ser adequados ao objetivo da análise

Após a definição do material a ser estudado, o analista deve efetuar uma leitura flutuante do *corpus*, que permita a formulação de reflexões. Nessa etapa, o pesquisador começa a analisar e conhecer o texto de maneira livre, fazendo associações e elaborando hipóteses a partir de seu aporte teórico (BARDIN, 1979). Fonseca Júnior (2009) explica que a pré-análise, na qual estão as etapas de leitura flutuante e organização do material, é considerada uma fase essencial. É nela que são escolhidos os documentos, a partir dos quais se formulam hipóteses e indicadores que embasem a interpretação final da pesquisa.

Bardin (1979, p.95) define a pré-análise como “[...] a fase de organização [...]”
Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar

as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”. Essa primeira fase tem três etapas: a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores para a interpretação do fim.

O pesquisador, então, após a escolha do *corpus* e da leitura flutuante, precisa definir as unidades de registro que serão analisadas, ou seja, os dados básico com os quais irá trabalhar. As unidades de registro são as unidades base da categorização e da frequência de contagem na análise de conteúdo. A definição do que será a unidade de registro pode ser feita por ordem temática ou pela palavra (BARDIN, 1979).

As unidades de registro podem ser, por exemplo, as notícias de um jornal, os parágrafos de um texto, as frases de um texto: o pesquisador irá defini-las conforme seus objetivos. Bardin (1979) aponta que o documento também pode ser uma unidade de registro da análise “desde que possa ser caracterizado globalmente e no caso de análise rápida” (BARDIN, 1979, p. 107).

É a partir das unidades de registro que é feita a categorização e a codificação do material. O pesquisador com base em seu referencial teórico definirá as categorias que serão aplicadas nas unidades de registro. Bardin (1979, p.117) explica a categorização

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidade de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão de caracteres comuns destes elementos.

O critério para categorização pode ser semântico, sintático, léxico ou expressivo. A categorização tem duas etapas: a do inventário, que isola os elementos; e a da classificação, que os organiza. A categorização oferece uma representação simplificada dos dados brutos.

Um conjunto de boas categorias possui as seguintes características, segundo Bardin (1979):

- Exclusão mútua - cada elemento não pode estar em mais de uma divisão.

- Homogeneidade - um único princípio de organização deve governar as categorias.
- Pertinência - as categorias devem ser pertinentes para a análise.
- Objetividade e a produtividade - permite a formulação de novas hipóteses, a partir dos resultados da pesquisa.

As categorias podem ser definidas por meio de uma concepção de análise temática. Para Bardin o tema é:

[...] a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significação isoláveis.

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõe a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido. (BARDIN, 1979, p.105)

A análise temática pode ser por objeto, referente, personagem, acontecimento ou por documento. Segundo Bardin (1979), em comparação com outras áreas do conhecimento, na comunicação a análise de conteúdo temática é bastante utilizada.

A análise de conteúdo também possui a unidade de contexto que “é a unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (BARDIN, 1979, p. 107). Por exemplo, caso a unidade de registro seja o parágrafo, a unidade de contexto pode ser o texto, e assim por diante.

Quando existe ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados, necessário é que se definam unidades de contexto, superiores à unidade em codificação, as quais, embora não tendo sido tomadas em consideração no recenseamento das frequências, permitem, contudo, compreender a significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto. (BARDIN, 1979, p. 36)

Após a categorização, os dados seguem algumas regras de enumeração. Bardin (1979) explica as principais. A enumeração da presença ou da ausência de uma categoria no conteúdo analisado. A indicação da frequência dos elementos de mesmo peso e a percepção também da

frequência ponderada dos elementos, se possuem pesos diferentes. Também se pode fazer regras de associação ou equivalência ou exclusão, em categorias dentro de categorias, o que seria uma análise estrutural. E perceber as coocorrências, que são a presença de uma ou mais unidades de registro em uma unidade de contexto.

Fonseca Júnior (2009) aponta que as regras de enumeração falam sobre a frequência que aparece um símbolo, sobre a ênfase que esse símbolo possui, sobre o equilíbrio na quantidade de atributos favoráveis e desfavoráveis, sobre a tendência do texto e sua intensidade.

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada; funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples. (BARDIN, 1979, p. 153)

Após a categorização e codificação dos dados, com as informações obtidas é realizada a análise quantitativa e/ou qualitativa, ou seja, o pesquisador optará por uma perspectiva de investigação que foque na quantificação de aparição de elementos e/ou de indicadores não frequenciais, como a ausência ou a presença de índices.

E, por fim, são feitas as inferências, seguidas da interpretação dos dados.

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (BARDIN, 1979, p. 39)

As inferências respondem as perguntas das causas das mensagens “o que a antecedeu” e às consequências “aos efeitos das mensagens”. O que se tenta entender pelas causas são as condições de produção dos textos. “[...] o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados” (BARDIN, 1979, p. 41). É importante salientar que “a leitura efetuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura ‘à letra’, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano” (BARDIN, 1979, p.41).

Para as inferências da análise de conteúdo, segundo Bardin, existem três polos. O da mensagem, com sua significação e código, o do emissor da mensagem e o do seu receptor e o do meio. Em relação ao emissor, pode-se avançar-se na hipótese de que a mensagem representa o emissor. Em relação ao receptor, pode-se elaborar sobre a hipótese de que a mensagem se dirige a um determinado tipo de receptor, com a intenção de agir (concepção funcionalista da comunicação) sobre ele ou de adaptar-se a ele. Em relação à mensagem, sobre o código as inferências podem revelar realidades subjacentes que mais tarde poderão revelar características dos receptores e emissores da mensagem. Os códigos revelam significações primeiras e segundas. E no meio, inferindo sobre suas influências nas mensagens, receptores e emissores.

Segundo C. E. Osgood, citado por Bardin (1979), Existem as inferências específicas que buscam responder a perguntas já determinadas e as inferências gerais que buscam relações, regras, etc. Para O. R. Holsti as inferências podem ser sobre os antecedentes da comunicação, sobre as provas de legalidade e de autenticidade e os resultados da comunicação.

O tratamento dos dados obtidos pode resultar também em gráficos, figuras, diagramas que explicitem de maneira figurativa os resultados da categorização. As inferências e interpretações devem estar em acordo com os objetivos da pesquisa. E, por fim, os resultados também podem servir de base para futuros estudos.

4 APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para entender como se deu a construção da informação no Jornal Zero Hora sobre os deslizamentos de terra da serra carioca que aconteceram em janeiro de 2011, devido a chuvas excessivas, escolheu-se a análise de conteúdo como metodologia. O *corpus* da pesquisa são as reportagens e matérias publicadas no jornal sobre a tragédia, do dia 13 de janeiro de 2011, edição na qual saiu a primeira reportagem referente ao desastre, até o dia 19 de janeiro de 2011, fechando uma semana de material.

O jornal, durante a semana escolhida, abordou o assunto de diversas maneiras, por meio de charges, artigos de opinião, publicação de cartas de leitor e reportagens. Apesar da vasta abordagem, escolheram-se somente reportagens e notícias para a análise, devido à necessidade de haver uma homogeneidade de gênero entre os documentos que serão analisados e, também, o tempo disponível para realização da análise.

Todas as reportagens que se referem ao assunto, dentro do período selecionado, foram analisadas, assim se está adotando a regra da exaustividade em relação ao *corpus*. A pertinência dos documentos para o entendimento do objetivo principal da pesquisa, a saber, analisar a cobertura do desastre efetuada pelo Jornal Zero Hora, a partir dos princípios do jornalismo ambiental, é evidente, pois as reportagens são o principal produto produzido pelo jornal referente ao assunto.

É importante salientar que das sete edições do jornal que foram analisadas, nas cinco primeiras, do dia 13 ao dia 17 de janeiro de 2011, os editores do periódico deram espaço de reportagem especial para a cobertura. Apesar disso, existem algumas matérias dentro da editoria “reportagem especial” que não se referem diretamente ao desastre do Rio de Janeiro, reportam a tragédias (não necessariamente ambientais) que já ocorreram em outros lugares do país e do mundo, fenômenos climáticos que estavam acontecendo no mesmo período em outros lugares do país e lugares do Rio Grande do Sul que podem acontecer desastres climáticos.

Adotando uma perspectiva que engloba a concepção de não fragmentação, essas matérias dentro da “reportagem especial” também serão analisadas na pesquisa, por mais que não tratem diretamente do tema em questão. Isso porque se encontram no mesmo fio condutor que interliga todos os textos que se referem à tragédia e, pela concepção da pesquisa, fazem parte do que se pode chamar de contextualização do acontecimento, numa perspectiva nacional e até mesmo internacional.

A leitura flutuante dos documentos foi essencial para continuidade do trabalho. Por meio dela, foi definida a unidade de registro principal da análise: o parágrafo. Por parágrafo a pesquisa considera também as unidades que explicam os infográficos das reportagens. Ao todo são quatro infográficos que aparecem durante a semana de análise. Além disso, vale destacar que serão analisados os lides das matérias. As unidades textuais que não serão analisadas pela pesquisa e não foram enquadradas na unidade de registro parágrafo são os títulos das reportagens e matérias e as legendas das fotos.

A etapa da leitura flutuante, juntamente com o referencial teórico da pesquisa, também permitiu a criação das categorias que serão utilizadas durante a análise. Serão empregadas ao todo onze categorias. Sete delas fazem parte da categorização da unidade de registro parágrafo. As outras quatro categorizarão as fontes de informação ouvidas pelo jornal.

A categorização permitirá o alcance de respostas aos objetivos de pesquisa. O objetivo geral do estudo é analisar a cobertura do desastre efetuada pelo Jornal Zero Hora, a partir dos princípios do jornalismo ambiental. Os objetivos específicos são:

- verificar o tom (sensacionalista ou reflexivo) da notícia dado pelo jornal;
- refletir sobre a apropriação das fontes no relato do acontecimento;
- avaliar a profundidade de abordagem e dados veiculados no meio selecionado;
- e, verificar se a visão sistêmica foi incorporada na construção das narrativas.

As categorias que serão utilizadas na unidade de registro parágrafo são as que seguem, com respectivos exemplos:

- Tragédia – quando o parágrafo enfoca na quantificação de mortos, prejuízos das cidades, relatos da tragédia, consequências do desastre;

Exemplo:

Desta vez os rios de janeiro se formaram na região serrana, levando de roldão morro abaixo bairros inteiros e deixando, segundo informações oficiais, um saldo de pelo menos 271 mortos até ontem à noite. Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis, as cidades atingidas com maior violência pela enxurrada, viveram um dia de horror, isolamento e destruição.

(MORROS, 2011, p.38)

- Contextualização – quando a unidade de registro aborda fatores de contextualização, como outros desastres semelhantes que ocorreram no país e no mundo, fenômenos climáticos que estavam acontecendo no país no mesmo período, fatores ambientais e sociais que provocam desastres e informações de como era a região que foi atingida pelas chuvas;

Exemplo:

“135 mortos – O município do Vale do Itajaí foi o que mais contabilizou vítimas após a chuva incessante de novembro de 2008” (OUTRO CENÁRIO, MESMA TRAGÉDIA, 2011, p.5)

- Fenômeno climático – quando o parágrafo enfoca na questão do fenômeno do clima, da chuva e do porque ela ocorre;

Exemplo:

“Na região serrana as nuvens se desenvolvem ainda mais: o vento não consegue ultrapassar a barreira de montanhas e carrega o ar para cima, potencializando as nuvens.”

(A CHUVA, p. 40, 2011)

- Prevenção estatal – quando a unidade de registro aborda o que o estado deveria fazer para prevenir tragédias como a ocorrida e também o que o estado não fez para preveni-las;

Exemplo:

A tragédia no Rio de Janeiro choca, mas não surpreende. O que ocorreu nas encostas de municípios serranos como Teresópolis e Nova Friburgo é a confirmação de que o Brasil não está preparado para desafios que a natureza impõe. Até investir em prevenção das enxurradas com seriedade, o país contará mortos como os da tragédia fluminense, que ontem ultrapassavam duas centenas.
(OUTRO, 2011, p. 4)

- Prevenção privada – quando o parágrafo fala sobre o que as pessoas poderiam ter feito para evitar a tragédia e também o que podem fazer para evitar possíveis catástrofes semelhantes, como por exemplo, não construir suas casas em encosta de morros;

Exemplo:

Outra dificuldade é que os moradores relutam deixar suas residências. A faxineira Maria de Lourdes de Jesus, líder comunitária do Loteamento Portinari, um dos mais problemáticos, diz que os vizinhos acreditam que nada lhes acontecerá.
(AS AMEAÇAS, 2011, p.12)

- Solidariedade da sociedade civil – quando a unidade de registro aborda o enfoque da ajuda que os cidadãos podem fazer e fizeram para amenizar os impactos da tragédia; além disso, também a solidariedade das vítimas em ajudar a resgatar pessoas e desenterrar corpos;

Exemplo:

O açougueiro Sílvio Charão, 42 anos, desembarcou da moto no cais central de Porto Alegre, na tarde de ontem, com duas sacolas cheias de roupas. Uma delas era carregada pela filha Silvana, nove anos, que chorou ao ver na TV o drama dos flagelados pelos desmoronamentos no Rio de Janeiro.
(GAÚCHOS, 2011, p.10)

- Assistência estatal – quando o parágrafo aborda o que o governo municipal, estadual e federal fizeram e vão fazer para assistir os desabrigados, além das ações de instituições públicas nesse sentido.

Exemplo:

“Governo federal libera R\$780 milhões para regiões atingidas por catástrofes naturais no sudeste e sul” (48H DE PÂNICO, 2011, p. 7).

Para classificar as fontes foram empregadas as seguintes categorias, com respectivos exemplos:

- Vítimas da tragédia – vozes que sofreram consequências e viveram a tragédia;

Exemplo:

- Eu quero o meu primo vivo! Tenho vontade de cavar com as mãos e tirar essa terra toda, com uma força que eu nem sei se tenho – gritava, chorando, Fernanda Lembro, referindo-se a Victor Lembo Spinelli, 29 anos. (DESESPERO, 2011, p. 39)

- Governo – vozes do poder executivo e também de órgãos públicos; nessa categoria também foram enquadrados os bombeiros;

Exemplo:

“Depois de sobrevoar a região serrana, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, disse que o quadro era desolador”. (R\$780 MILHÕES, 2011, p. 41)

- Especialistas – fontes apresentadas como especialistas em um determinado assunto, como por exemplo, planejamento urbano;

Exemplo:

Para o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) do Distrito Federal, Francisco Machado, é importante estabelecer medidas de segurança, como contenção de encostas e o respeito ao plano diretor da cidade. (PLANEJAMENTO, 2011, p.41)

- Sociedade civil – vozes da população em geral que não sofreu a tragédia e fala sobre ela, e também de instituições da sociedade civil organizada, como ONGS.

Exemplo:

“- Meu sonho é conhecer o Rio, mas não desse jeito que apareceu na TV. Nossa, quanto sofrimento – diz.” (GAÚCHOS, 2011, p. 10)²

A unidade de contexto da análise é a reportagem. A leitura flutuante, conforme Bardin (1979), permite a elaboração de hipóteses referente aos objetivos da pesquisa, contudo não é obrigatória a elaboração. Durante a leitura flutuante dos documentos em questão, escolheu-se pela não elaboração de hipóteses.

² A fala é do auxiliar de cozinha Ademir Porto Junior, 22 anos, referido em parágrafo anterior.

Como Bardin (1979) e Fonseca Júnior (2009) explicam, a fase de pré-análise é fundamental e de fato foi decisória para o andamento dessa pesquisa. A leitura flutuante foi etapa fundamental para o clareamento de como a pesquisa vai se delinear e que caminhos utilizar para chegar a uma resposta ao objetivo principal.

É importante salientar que as categorias definidas seguem as regras expostas por Bardin (1979), de exclusão mútua, por exemplo, nenhum parágrafo ou fonte irá ser categorizado em uma mesma divisão. A regra da homogeneidade, pois todas as categorias têm o mesmo peso de análise. As categorias de análise são pertinentes aos objetivos da pesquisa, pois abordam o acontecimento por diversos ângulos de acordo com a visão sistêmica de jornalismo, segundo a qual esse trabalho embasa-se teoricamente. As categorias elucidarão novos pontos pertinentes de pesquisa e também são objetivas no que propõem. As categorias foram elaboradas a partir de temas e, assim, os parágrafos e fontes foram enquadrados nas categorias que englobam o seu “núcleo de sentido” (BARDIN, 1979, p.105).

A enumeração dos dados será feita a partir das perspectivas de análise quantitativa e qualitativa. As inferências serão feitas pela frequência de elementos de mesmo peso e também, por meio da constatação da ausência ou presença das categorias nos documentos.

4.1 Categorização em gráficos

O jornal Zero Hora, durante a semana de análise, dispôs de 29 páginas de conteúdo sobre o assunto. Divididas em cinco reportagens especiais nos primeiros cinco dias do período (27 páginas) e duas matérias na editoria geral nos dias 18 e 19 de janeiro (uma página cada matéria).

Após a leitura e categorização dos documentos, chegou-se aos seguintes dados. Dos 403 parágrafos contabilizados, aproximadamente 50% encaixam-se na categoria de tragédia, 23% na categoria de contextualização, 12% na categoria de assistência estatal, 5% na categoria de solidariedade da sociedade civil, 5% na categoria de prevenção estatal, 4% na categoria de fenômeno climático e 1% na prevenção privada.

A tabela a seguir, discrimina os valores exatos dos parágrafos que foram categorizados.

CATEGORIAS	Nº DE PARÁGRAFOS
TRAGÉDIA	201
CONTEXTUALIZAÇÃO	94
FENÔMENO CLIMÁTICO	14
PREVENÇÃO ESTATAL	22
PREVENÇÃO PRIVADA	4
SOLIDARIEDADE CIVIL	21
ASSISTÊNCIA ESTATAL	47
TOTAL	403

Tabela 1

O gráfico abaixo mostra visualmente a frequência temática nas unidades de registro.

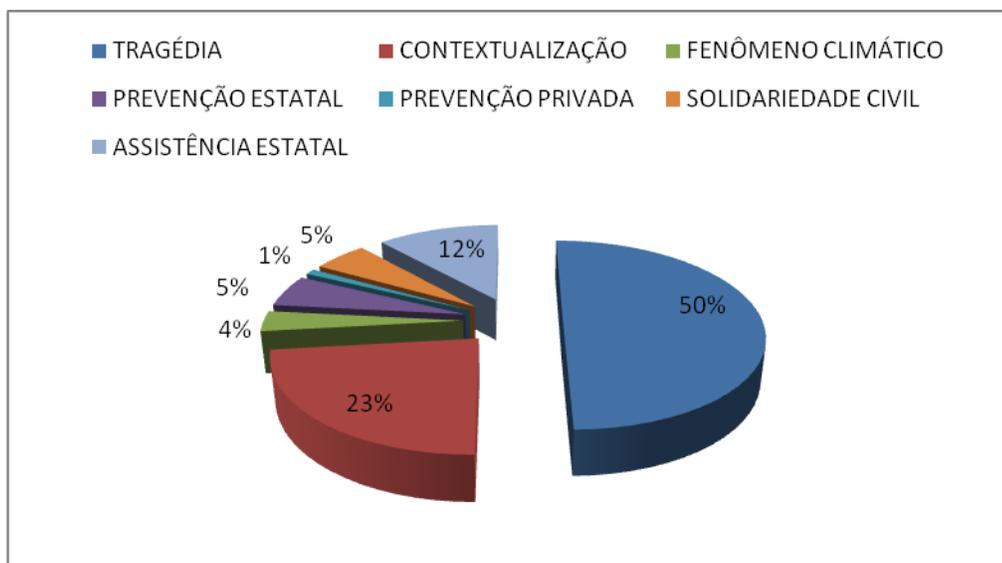


Gráfico 1

Em relação às fontes, o jornal utilizou 94 vezes para dar vida às reportagens. Dessas, 42% foram fontes de instituições públicas e do governo, 33% vítimas da tragédia, 14% de especialistas e 11% de cidadãos da sociedade civil.

A tabela abaixo discrimina os números exatos das fontes utilizadas com sua respectiva categoria.

CATEGORIAS	Nº DE FONTES
VÍTIMAS DA TRAGÉDIA	31
GOVERNO	40
ESPECIALISTAS	13
SOCIEDADE CIVIL	10
TOTAL	94

Tabela 2

O gráfico abaixo mostra visualmente a frequência das fontes.

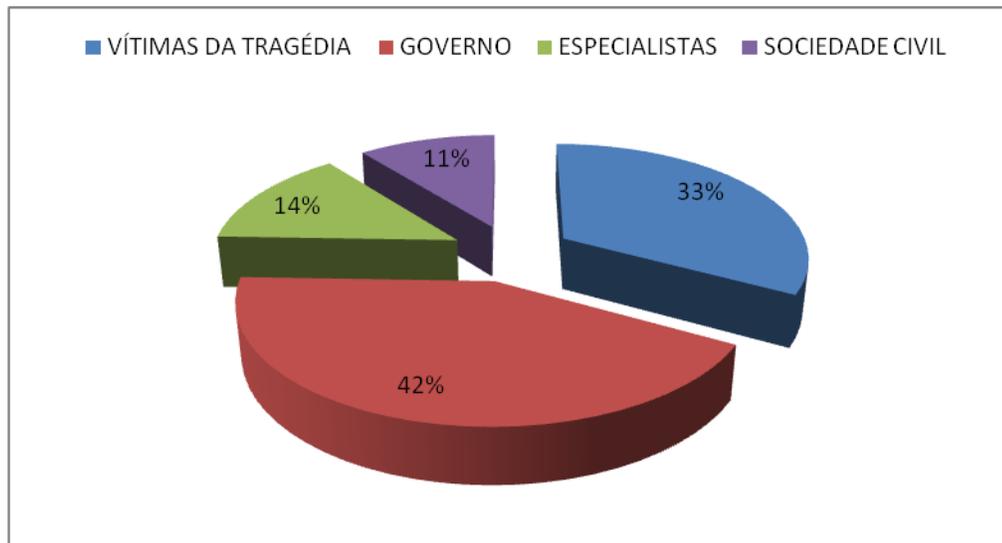


Gráfico 2

4.2 Análise

A partir dos dados estatísticos levantados, é possível a elaboração de respostas a cerca dos objetivos desta pesquisa. A principal finalidade deste estudo é averiguar se a cobertura do jornal

Zero Hora, sobre um desastre climático, engloba os princípios do jornalismo ambiental. Segundo Massierer (2011), a especificidade desta área do jornalismo é a visão sistêmica, ou seja, uma perspectiva dos acontecimentos, por meio de um olhar complexo, que enxergue os mais variados elementos de um fato ou uma realidade.

A categorização efetuada, a partir da metodologia da análise de conteúdo, mostrou que os núcleos de sentido de 50% dos parágrafos das reportagens de sete dias consecutivos, sobre o desastre na serra carioca, englobavam o enfoque da tragédia. Ou seja, a quantificação de mortos, as consequências e os prejuízos causados pelos deslizamentos de terra. O que se percebe a partir desse dado é justamente o contrário do que defende um olhar sistêmico da realidade e também a fundamentação teórica do jornalismo ambiental. Metade da cobertura ficou focada somente nos aspectos da tragédia que dizem mais sobre a factualidade e dramaticidade do acontecimento. O que comprova o que diversos estudos apresentados nesta monografia apontam: o meio ambiente, na mídia corporativa, é tratado de maneira superficial e limitada.

No segundo dia da cobertura, exemplifica-se a abordagem dramática das matérias, quando o jornal relata o resgate de um bebê que passou junto com o pai 15 horas entre lama e escombros.

O filho de Wellington foi erguido no meio da multidão, que vibrou com a vida que brotava no cenário de morte. Confiado a uma socorrista, o bebê não chorou. Não teve nenhum estranhamento. Não se incomodou com a polvorosa dos adultos. Mas os olhos negros, profundo como a noite em que Nova Friburgo quase foi varrida do mapa, pareciam questionar: Por quê? (OS SOBREVIVENTES, 2011, p.5)

A reportagem do jornal adiciona elementos que não pode comprovar pelas evidências que possui. Infere o que o olhar do bebê “quer dizer”, tendo em vista que uma criança de seis meses não tem uma percepção da realidade que permite formular questionamentos como o “porquê” da tragédia. O foco na criança confere uma perspectiva ainda mais dramática ao relato.

Fica claro o reducionismo da cobertura, que não tenta entender o fato em sua totalidade. Apenas 4% dos parágrafos explicam o fenômeno climático em si. A superficialidade da abordagem, conforme Massierer (2011) explica, muitas vezes é justificada devido à falta de espaço e tempo para cobertura dos fatos, durante as rotinas de produção jornalísticas. Apesar disso, pode-se refletir sobre a seguinte questão: quais são o tempo e espaço necessários para uma cobertura qualificada dos acontecimentos? Precisa-se de um parágrafo, uma página ou 30

páginas? No caso em estudo, foram 29 páginas de conteúdo no espaço de sete dias, sendo que apenas 23% dos parágrafos tratavam sobre a contextualização e 4% explicavam o fenômeno climático.

A superficialidade da narrativa também se comprova pela tentativa do jornal em contar a história das celebridades na tragédia. É o caso da matéria que ocupou quase uma página da reportagem especial do dia 13 de janeiro, sobre a morte da estilista Daniela Conolly (ROSTOS, 2011, p.41). Ainda no dia 14, o jornal conta como o músico George Israel, do Kid Abelha, alugou um helicóptero no valor de 3 mil reais para salvar a família (MÚSICO, 2011, p. 8). No último dia de análise, 19 de janeiro, o jornal publica a seguinte nota:

Um par de braços imperiais também está ajudando os atingidos na região serrana do Rio. Trata-se do príncipe dom João de Orleans e Bragança, 55 anos, que, apesar de não morar por ali, está desde sexta-feira levando doações às cidades atingidas e descarregando mantimentos de caminhões do Exército:
- É muita tristeza, mas tem o lado bonito de ver a solidariedade.
(PRÍNCIPE, 2011, p.19)

E mais uma vez o questionamento pode ser feito: quais são o tempo e espaço necessários para uma cobertura qualificada dos acontecimentos, sendo que espaços significativos do jornal são utilizados para contar histórias de pessoas famosas?

Nos 23% dos parágrafos que tratam sobre contextualização, ou seja, 94, existe um esforço questionável da Zero Hora ao tentar contextualizar a tragédia, se pensarmos a partir da perspectiva sistêmica do jornalismo ambiental. Na matéria “Vidas Perdidas: tragédias para a história”, o jornal traz um gráfico das maiores tragédias que provocaram mortes no mundo; na lista aparecem, inclusive, atentados terroristas. A página da matéria do dia 16 de janeiro de 2011 começa da seguinte maneira:

Embora muito se associe à ação do homem os mais recentes desastres da natureza, a história das catástrofes ambientais remonta a épocas em que a intervenção sobre os recursos naturais não era visível como nas últimas décadas. Em 1556, um devastador terremoto matou cerca de 830 mil pessoas na China. (VIDAS, 2011, p. 14)

Durante as matérias anteriores sobre o desastre, não havia sido levantada nenhuma hipótese referente à tragédia em questão ter ocorrido devido à ação do homem. Apesar disso, o parágrafo começa “inocentando o homem” e colocando todas as “maiores” tragédias ocorridas,

segundo o jornal, em um mesmo patamar, tanto os deslizamentos de terra como os atentados terroristas e terremotos em regiões propícias a esses eventos.

Essa página sozinha totaliza 19 parágrafos dos 94, classificados na categoria contextualização. Contudo, às vezes os números não são suficientes para entender a cobertura em sua totalidade. Não basta apenas um esforço de contextualização, é mister que os conteúdos sejam coerentes e reflexivos. Os gráficos que o jornal mostra apenas quantificam as mortes e trazem uma breve explicação do porquê as tragédias ocorreram. Logo no início, a matéria já deixa claro para o leitor que o homem até pode ser “acusado” como “culpado” das tragédias ambientais, porém não é exatamente isso que a história mostra.

Sobre essa página, também se pode questionar o porquê de diversas tragédias com diferentes causas aparecerem de alguma maneira interligadas debaixo de uma única motivação de texto: as mortes que causaram. As catástrofes provocadas exclusivamente pelo homem, como os atentados terroristas, ficam junto das provocadas pelo clima, como deslizamentos de terras, e ainda daquelas que são provocadas por movimentos endógenos da Terra, como terremotos e erupções vulcânicas. Ao invés de contextualizar, talvez esses gráficos apenas desviem a atenção de reflexões mais latentes, como o aprofundamento do motivo das tragédias, ou a razão dos deslizamentos de terra no Brasil e porque matam tanto.

A partir dos dados, também se pode inferir, conforme Bardin (1979) explica, sobre o emissor e o receptor da comunicação. A mensagem estaria de acordo com a concepção de cobertura do emissor, ou seja, ela representa suas ideias a respeito do que deve ser a cobertura de um desastre climático. E a mensagem também se dirige a um determinado tipo de receptor, ou seja, ela se adapta a ele.

A tragédia sob o enfoque das vítimas, mortes e prejuízos seria a ótica do fato que o emissor considera importante transmitir, isso também porque o receptor é compatível a esse enfoque. Se a mensagem, além de ser o reflexo do emissor, também é o reflexo da demanda do receptor, a cobertura jornalística desse tipo de acontecimento teria uma forte tendência a uma abordagem superficial dos fatos. Isso porque, conforme Crespo (2003) aponta, a própria visão dos brasileiros sobre meio ambiente é limitada e superficial.

O que a mídia apresenta como produto tem influência da demanda de seu público. Aqui não se nega a influência de outras variáveis na produção de conteúdos jornalísticos, como a economia, a política e as rotinas de produção, porém também se reflete sobre a relação mútua de influência entre emissor e receptor. Trigueiro (2005), Bueno (2007) e tantos outros estudiosos já mencionados neste trabalho apontam a superficialidade das coberturas que tratam sobre eventos relacionados ao meio ambiente na mídia convencional. Apesar disso, questiona-se se as matérias rasas também não seriam resultado da própria visão do público sobre meio ambiente.

Mas o que é necessário para o despertar da consciência ambiental? Crespo (2003) coloca a educação como uma das variáveis mais influentes no nível de consciência ambiental dos cidadãos. Quanto mais educação, espera-se mais consciência. Nesse sentido, a reflexão também pode cair no que Bueno (2008) explica como uma das funções principais do jornalismo ambiental: a pedagógica.

O jornalismo que trata sobre o meio ambiente pode e deve explicar os acontecimentos de maneira didática, além de apontar soluções para os problemas ambientais. Contudo, onde está a tentativa de realização da função pedagógica do jornalismo ambiental no material analisado, tendo em vista que apenas 2% dos parágrafos tratavam sobre as causas do fenômeno climático?

Percebe-se também uma correlação entre as categorias. 42% das fontes ouvidas foram fontes de instituições públicas e do governo, 33% das vítimas da tragédia, 14% de especialistas e 11% de cidadãos da sociedade civil. Existe um enfoque evidente para as vítimas da tragédia e para o governo, contudo, apenas 14% das fontes escutadas são de especialistas. Não existem explicações sobre o fenômeno, pois não há especialistas para explicá-lo.

O relato de Anderson Reis Chedinho, morador de Teresópolis, mostra a tragédia na voz das vítimas

- Aquela pilha de galhos e pedras certamente funcionou como um filtro. Ali embaixo devem estar pelo menos mais 20 corpos. Só vou descansar quando achar minha irmã. Peço apenas que Deus me dê força para aguentar. Porque isso aqui é o vale da morte – disse. (MELO; FARINA, 2011a, p. 4)

Massierer (2011) justifica que a falta de profundidade das matérias referentes ao meio ambiente, nos veículos tradicionais, refere-se à complexidade dos temas ambientais. O que se

pode fazer para esclarecer a complexidade dos acontecimentos, muitas vezes é recorrer a fontes especializadas, fato que não acontece de maneira significativa nos conteúdos analisados. Apesar disso, é necessária a ponderação de Bueno (2007), quando ele salienta que o jornalismo ambiental não deve se tornar um “ambientalismo light”, o qual só escuta fontes acadêmicas.

Nos dois infográficos que tentam refletir “cientificamente” sobre o fato, um abordando o fenômeno climático e o outro a configuração do evento relacionado a questões como o relevo, o solo, o desmatamento e a ocupação humana da região, são dois especialistas as fontes utilizadas. É interessante perceber que nos dois momentos que o jornal tenta explicar o desastre de maneira mais reflexiva, falando de suas causas, ele utiliza infográficos.

Essas explicações não são tecidas junto das reportagens e, por meio dos infográficos, configuram-se de uma maneira distante do fato e de suas consequências dramáticas. O geólogo Jorge Pimentel, da Companhia de Pesquisa de Recursos minerais (CPRM) do Rio de Janeiro, explica a chuva em excesso no infográfico “Equação Trágica: como a imprudência tornou maior o desastre”, no dia 14 de janeiro.

Entre dezembro e março, a região serrana do Rio de Janeiro tem sua temporada de chuvas. Na serra, a topografia favorece a formação e retenção de nuvens e, conseqüentemente, a ocorrência de chuvas fortes. No dia do desastre, a chuva acumulada em 24 horas se aproximou do volume esperado para o mês todo. (EQUAÇÃO, 2011, p.12)

O texto fala de como ocorreu a chuva e da influência da topografia no fenômeno; contudo, não reflete sobre, por exemplo, o porquê da chuva ter sido tão forte e por quais motivos ela ocorreu, além da topografia. Poder-se-ia tratar até mesmo sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas, mas o infográfico é objetivo, direto e curto. Dá o essencial do acontecimento, não aprofundando a reflexão de maneira que chegue e sensibilize o cotidiano dos cidadãos.

Dentre o total de fontes ouvidas, 33% eram vítimas das tragédias – pode-se inferir que o dado tem relação direta com o conteúdo de 50% dos parágrafos que tratam sobre a tragédia. Como Amaral (2011) explica, nas catástrofes a significação do evento se constrói na vivência da pessoa que experienciou a tragédia. Nos relatos das vítimas ainda existe uma individualização

extrema dos acontecimentos, conforme aponta Amaral (2011). Evidenciando essa característica, a reportagem especial do segundo dia de cobertura inicia com o seguinte parágrafo:

Em meio ao rastro de pelo menos 506 mortes de uma das maiores tragédias do país, Zero Hora conta a história de resistência e esperança de Nicolas Barreto, seis meses, resgatado sob a lama em Nova Friburgo com o pai, Wellinton da Silva Guimarães. A mãe e a vó de Nicolas morreram nos escombros da cidade turística, mas o menino e o pai emergiram com vida depois de quase 15 horas soterrados pelo turbilhão que arrasou o município. (OS SOBREVIVENTES, 2011, p.4)

Esse relato da experiência de dois personagens da tragédia ocupa duas páginas do jornal e evidencia o heroísmo do pai que protegeu o filho durante 15h, esperando o resgate.

Amaral (2011, p. 71) aponta que os atingidos pelas tragédias são apresentados “com nome, idade, profissão e aparecem como sendo vítimas da interrupção de uma vida cheia de felicidades e de projetos”. Na primeira reportagem especial do dia 13 de janeiro, há um texto que se refere à morte de uma estilista, Daniela Conolly, e sua família, um de seus parágrafos evidencia a vida que foi interrompida.

Daniela lançou sua grife, Koolture, na Fashion Rio em 2005, dentro do prêmio Rio Moda Hype. Ela se despediu da semana da moda carioca em 2009, quando deu fim à grife e voltou a se dedicar à direção de arte. Formada em Design Gráfico em 1996, pela Parsons School of Design, em Nova York, onde morou oito anos, Daniela começou a carreira na moda bordando camisetas de brechós. Ela trabalhou na Sony Music e também participou da semana de moda nova-iorquina. (RSTOS, 2011, p.41)

O enfoque no testemunho, segundo Amaral (2011), descontextualiza as matérias e também as sensacionalizam. Essa evidência vai ao encontro do dado retirado da análise que aponta que 23% dos parágrafos remetem a algum tipo de contextualização do acontecimento. Fato que pode evidenciar uma correlação entre as duas categorias, quanto mais testemunhos da tragédia, menos contextualização dos acontecimentos e entendimento de suas causas.

Ainda em relação às fontes, ficou evidenciado que a maioria delas são fontes oficiais, ou seja, do governo ou de instituições públicas. O que está de acordo com o que os estudos em relação a fontes jornalísticas apontam. Segundo Santos (2003), a fim de dar caráter legítimo as informações, os jornalistas procuram as fontes oficiais. Até mesmo para dar impressões da tragédia vozes oficiais foram escutadas. “-É de fato um momento muito dramático, as cenas são muito fortes, é visível o sofrimento das pessoas e o risco é muito grande – disse Dilma.” (A

VISITA, 2011, p.10). As vozes dos bombeiros também se evidenciam. O tenente-coronel Alex Borges é fonte para contar a tragédia.

- Acabou tudo lá. O que ficou de pé vai ter de ser demolido. Perguntei a um sobrevivente por que eles não saíram para se salvar, e ele respondeu que não havia lugar para onde pudessem escapar, que a única coisa que restou fazer foi rezar. Nós, bombeiros, somos treinados para controlar a emoção, mas às vezes se torna difícil – diz. (MELO; ITAMAR, 2011b, p.11)

As fontes oficiais, ou seja, a categoria de fontes “governo”, também são utilizadas para explicar a “assistência estatal”, uma das categorias usadas para análise dos núcleos de sentido dos parágrafos.

Com semblante fechado e se dizendo bastante sensibilizada com o que viu, a presidente Dilma Rousseff foi firme em dizer que estava no Rio para garantir que os governos federal, estadual e municipais ajam de forma coordenada para “aliviar, socorrer, amparar e cuidar das vítimas”. (A VISITA, 2011, p.10)

A “assistência estatal” é uma categoria que aparece em 12% dos parágrafos e também mostra a preocupação do jornal em tratar da factualidade do evento, pois afinal se quer mostrar o que de concreto vai ser realizado pelo governo no momento em que a tragédia já ocorreu.

A categoria de fonte “governo” também aparece junto da categoria de parágrafo “prevenção estatal”. Sobre novo sistema de prevenção de desastres que começou a ser reestruturado logo após o desastre, o Ministro de Integração Nacional é citado. “- A Defesa Civil tem muito o que reestruturar. O sistema tem se revelado frágil, é uma realidade. Temos que encarar a realidade e reagir – disse o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho [...]” (MEDIDA, 2011, p. 26).

A categoria “prevenção estatal” também é utilizada para enquadrar parágrafos que se referem a ações que o governo não concretizou para prevenção de desastres, conforme mostra o citação anterior. Os parágrafos dessa categoria totalizam 5% do total e podem revelar, comparativamente à categoria assistência estatal, que não há tanto interesse do jornal em falar da prevenção em si para refletir sobre o acontecimento, mas sim sobre como o estado age para atender as vítimas. Mais uma vez a factualidade do evento se mostra evidente.

Santos (2003, p. 19) explica que o jornalista “só arranja um desconhecido como fonte quando há um desvio, quebra de rotina, acidente ou ação espetacular”. No caso em questão, a quebra de rotina foi fundamental para o espaço aberto a cidadãos comuns, isso porque eles viveram a tragédia. A abertura de espaço para a população falar também aconteceu para mostrar a solidariedade da sociedade civil em relação ao acontecimento. Encontram-se então a categoria “solidariedade da sociedade civil”, que classifica o núcleo de sentido do parágrafo, juntamente com a categoria “sociedade civil”, que classifica as fontes. Na matéria “A solidariedade gaúcha” isso fica evidente.

Ontem, o armazém A-7 do cais do porto fervilhava com doadores e voluntários. Em certos momentos, houve fila. O auxiliar de serviços gerais Rafael Elias Rodrigues, 33 anos, e a filha Adrielle, nove anos, vieram de Alvorada para trazer roupas e utensílios de cozinha. A menina queria doar a blusa, sapato e calça para as outras crianças. - Vi na TV e fiquei triste – disse Adrielle. (A SOLIDARIEDADE, 2011, p. 26)

A população que não viveu a tragédia também é escutada para revelar a tristeza que mostra com o acontecimento e a solidariedade que demonstra em situações críticas.

Também na categoria de parágrafos “prevenção privada”, que é praticamente inexistente nos conteúdos analisados, apenas 1%, a “sociedade civil” aparece como fonte. Essa categoria, que tentou abordar o que o cidadão comum pode fazer para evitar tais acontecimentos, só foi enquadrada em quatro parágrafos. Fica evidente que o jornal não traz uma reflexão de cidadania ambiental para o cotidiano das pessoas. Um dos parágrafos que falam sobre o assunto aparece na voz de uma representante de ONG. “A arquiteta Ana Paula Guedes, da ONG Arquitetura para Todos, destaca que o crescimento das cidades e o hábito de as pessoas jogarem lixo nas ruas favorecem os alagamentos” (PLANEJAMENTO, 2011, p. 41). Destacou-se esse parágrafo como “prevenção privada”, pois trata de um hábito da população que poderia ser evitado: jogar lixo no chão.

O jornalismo ambiental aponta que para a construção de uma matéria plural existe a necessidade de se ouvir diversas vozes sobre o acontecimento. Apesar disso, não é o que a análise evidencia. Apenas 14% das fontes utilizadas são especialistas e outros 11% são pessoas da sociedade civil. O que fica evidente é que também existe um reducionismo na utilização de fontes, o que não permite uma abordagem do acontecimento plural e contextualizada.

Por mais que exista um número significativo de fontes escutadas, quase 14 por dia em média, não significa que diferentes enfoques foram abordados. Na utilização de vítimas para o relato do acontecimento, pode-se também refletir sobre a deontologia jornalística. O profissional não pode explorar a figura da pessoa humana para espetacularização do fato, a fim de conseguir aumentar a audiência.

O não equilíbrio existente entre a frequência das categorias empregadas nos parágrafos evidencia a superficialidade da cobertura, que não engloba de igual forma os mais diversos elementos que podem estar relacionados ao acontecimento. A noção de meio ambiente que enxerga tudo interconectado e que somos diretamente responsáveis pelo nosso meio não é mostrada.

Não há uma perspectiva das interações que existem no acontecimento. Essa inferência embasa-se no fato de que quase metade do conteúdo das matérias fala apenas da tragédia em si. Para resolução da crise ambiental é necessária a incorporação do pensamento sistêmico. A perspectiva de redes que deve estar presente na cobertura ambiental é inexistente. O que ocorre é a reprodução da cobertura isolada do acontecimento.

As matérias também não atingem um aspecto pedagógico, político e informativo, pois, devido ao reducionismo, não contribuem para a construção de uma cidadania ambiental. A reflexão sobre a ação do homem no ambiente não foi levantada. A tragédia que desequilibra também parte de um desequilíbrio do meio ambiente e, por conseguinte, de um desequilíbrio que é provocado pelo próprio homem.

Cornu (1994), sobre a deontologia, também coloca que o jornalista não pode se abster de publicar informações essenciais. Não estaria a Zero Hora fazendo isso, tendo em vista que não explica o fenômeno climático em sua totalidade?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi verificar qual a abordagem do jornal Zero Hora para tratar de um desastre provocado por um fenômeno climático. Para tanto, foram analisadas matérias de uma semana de cobertura das chuvas que ocorreram na região serrana do estado do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, matando mais de 900 pessoas.

O presente estudo conseguiu apontar algumas respostas. A cobertura desse evento climático no veículo estudado abordou uma perspectiva muito mais sensacionalista do que reflexiva. Conforme mostrado pelos dados apurados, 50% dos núcleos de sentido dos parágrafos estudados falam sobre a tragédia, apenas 23% contextualizam o fato e 4% explicam o fenômeno climático. As reportagens, dessa maneira, não contribuem para a construção do pensamento sistêmico nos cidadãos, tendo em vista que existe um desequilíbrio muito grande entre as categorias analisadas.

Fica comprovado que o jornal Zero Hora não apresenta um olhar sistêmico à cobertura ambiental de um desastre climático. As fontes são as vítimas e o governo, e a perspectiva é a da tragédia. Isso tem como consequência uma cobertura superficial do acontecimento, muito mais calcada nos aspectos catastróficos do fato do que na sua explicação e na indicação de soluções para evitá-lo. O evento é trabalhado em sua singularidade factual, não na sua complexidade.

Algumas perguntas, que não apareceram com os objetivos específicos, surgiram durante o trabalho, provando que a metodologia foi produtiva ao apontar caminhos para novas pesquisas. Ficaram as questões: qual o tempo necessário para o jornalista fazer uma cobertura qualificada e qual o espaço que ele precisa?

Pode-se inferir que por mais que haja todo o espaço e tempo para os jornalistas construírem uma cobertura qualificada dos acontecimentos, ainda reproduzirão matérias fragmentadas e reducionistas. Isso porque enxerga-se uma necessidade, a partir do referencial teórico deste trabalho, de uma verdadeira e revolucionária mudança de paradigmas de pensamento, com a qual seja incorporada uma visão sistêmica da vida e dos acontecimentos.

Talvez, somente assim, tenha-se uma cobertura qualificada de meio ambiente, presente nos mais diversos veículos de comunicação, e que englobe as mais plurais vozes e elementos de um fato ou realidade. Pode-se também ver o jornalismo como um dos propulsores dessa mudança de paradigmas. A medida que os profissionais da área se qualifiquem, a visão sistêmica pode ser incorporada na sociedade.

Também fica o questionamento sobre se existe ética em uma cobertura focada na tragédia em si. Não estaria o jornalista omitindo informações importantes para a real compreensão do acontecimento pelos cidadãos? Não estaria também ele usando a imagem das vítimas para promover uma maior audiência do veículo? Uma análise mais apurada dos textos, a partir de um aporte teórico referente à deontologia jornalística, seria capaz de responder a esses questionamentos.

Além disso, também se pode apontar o caminho de uma análise total das edições, a qual reflita e englobe todas as publicações do jornal referente ao assunto, como charges e artigos de opinião. Talvez a partir de uma análise que abranja todos os conteúdos, os resultados sejam diferentes daqueles que foram encontrados somente com o estudo das reportagens e matérias.

O trabalho foi válido para a resposta do objetivo geral dessa pesquisa. A cobertura do desastre climático efetuada pelo jornal Zero Hora não se realizou a partir dos princípios do jornalismo ambiental, possui características do jornalismo que se pratica diariamente, fragmentado, reducionista e superficial. Percebe-se que ainda existem longos passos a serem dados para a incorporação da visão sistêmica nas temáticas ambientais. Somente com a percepção das interligações e das redes é que será possível um despertar de consciências para a crise ambiental global.

REFERÊNCIAS

- 48H DE PÂNICO e luta pela vida. Zero Hora, Porto Alegre, 16 jan. 2011. Reportagem Especial, p.7.
- A CHUVA que mata: como ocorrerem os deslizamento. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jan 2011. Reportagem Especial, p. 40.
- A SOLIDARIEDADE gaúcha. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 jan 2011. Geral, p. 26.
- A VISITA de Dilma “É um momento muito dramático”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 jan 2011. Reportagem Especial, p. 10.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- AMARAL, Márcia Franz. O enquadramento nas catástrofes: da interpretação da experiência ao relato a emoção. In: **Revista Contracampo**. Niterói, nº22. 2011.
- AS AMEAÇAS no Estado. Zero Hora, Porto Alegre, 12 jan. 2011. Reportagem Especial, p.12.
- MOREIRA, Fabiane Barbosa. Fato Jornalístico e Fato Social. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 275-285, jul./dez. 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1979.
- BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em Mutação. Menos catástrofe, mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sérgio (org.). **Formação Informação Ambiental**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.
- BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo ambiental: evolução e perspectiva**. Porto Alegre: Agir Azul na Rede, 1997. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>>. Acesso: 13 mar. 2012.
- BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José (org.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- BOURDIE, Pierre. **Sobre a Televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente – Teoria e Prática**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

_____. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito.** In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (orgs). **Jornalismo Ambiental – Desafios e Reflexões.** Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Comunicação de riscos e de desastres.** Curso a distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação.** São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

_____. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1998.

_____. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. **Alfabetização ecológica: O desafio para a educação no século 21.** In: TRIGUEIRO, André (coord). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHAMPAGNE, Patrick. **A Visão Mediática.** In: BOURDIE, Pierre (org). **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

CENCI, Daniel Rubens; PROSSER, Elisabeth Seraphim; ROESLER, Douglas André. **A crise da modernidade e a ética da vida na relação homem-natureza.** Disponível em: <<http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/acrisedamodernidade.pdf>>. Acesso em: 02 maio. 2012.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CRESPO, Samyr. **Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990.** In: TRIGUEIRO, André (coord). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DESESPERO na escuridão. **Zero Hora,** Porto Alegre, 13 jan. 2011. Reportagem Especial, p.39.

EQUAÇÃO Trágica: como a imprudência tornou maior o desastre. **Zero Hora,** Porto Alegre, 14 jan 2011. Reportagem Especial, p. 12.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise de conteúdo.** in DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2009.

GAÚCHOS doam roupas e alimentos para vítimas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 jan. 2011. Reportagem Especial, p.10.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade. In: **UNirevista** 1, n. 3 (julho 2006). Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Girardi.PDF. Acesso 02 maio 2012.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **O Jornalismo Ambiental e seu Caráter Educativo**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2024-1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

MEDIDA antidesastre: Governo promete sistema de alerta. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 jan 2011. Geral, p. 26.

MELO, Itamar; FARINA, Jocimar. No vale da morte: a procura pelos parentes perdidos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 jan 2011a, p. 4.

MELO, Itamar; FARINA, Jocimar. Na linha de frente: a luta de Borges para garantir o primeiro socorro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 jan 2011b. Reportagem Especial, p. 11.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORROS desabam e soterram centenas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jan. 2011. Reportagem Especial, p.38.

MUNIZ, Cristiano dos Santos. **Jornalismo ambiental: conceitos e especificidades**. Porto Alegre, 2009, 77f. Monografia Graduação Jornalismo UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22309/000739564.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

MÚSICO, resgata família pelo ar. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 jan. 2011. Reportagem Especial, p. 8.

ORTIZ, Fabíola dos Santos. **A objetividade no jornalismo, o fato jornalístico e a abordagem de temas sociais em jornais de distribuição gratuita**. Disponível em: <<http://www.ciranda.net/spip/article2326.html>>. Acesso em: 17 abril 2012

OUTRO cenário, mesma tragédia. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jan. 2011. Reportagem Especial, p. 4-5.

OS SOBREVIVENTES: Milagre sob a lama e a dor. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 jan. 2011. Reportagem Especial, p. 5.

PLANEJAMENTO é essencial para evitar catástrofes. **Zero Hora**, Porto Alegre 13 jan. 2011. Reportagem Especial, p. 41.

PRÍNCIPE voluntário. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 jan. 2011. Geral, p. 32.

RS\$780 MILHÕES para reconstrução. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jan. 2011. Reportagem Especial, p. 41.

ROSTOS da tragédia: chuva destroça família de estilista. **Zero Hora**, Porto Alegre 13 jan. 2011. Reportagem Especial, p. 41.

Secretaria Interinstitucional de la Estrategia Internacional para Reducción de Desastres de las Naciones Unidas (EIRD/ONU). **Introducción al Marco de Acción de Hyogo 2005-2015: aumento de La resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres**. Ginebra; Suiza, 2005. Disponível em: <http://www.unisdr.org/hfa>. Acesso em: 07 jun. 2011.

SANTOS, Rogério. **Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo**. Coimbra: Edições Minerva, 2004.

SIRKIS, Alfredo. O Desafio Ecológico das Cidades. In: TRIGUEIRO, André (coord). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VIDAS Perdidas: tragédias para a história. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 de jan 2011. Reportagem Especial, p. 14.

TASCA, Fabiane Andressa; GOERL, Roberto Fabri; KOBAYAMA, Masato. **Prevenção de Desastres Naturais através da Educação Ambiental com Ênfase na Ciência Hidrológica**. I SESMAZ - Simpósio de Engenharia Sanitária e Meio Ambiente da Zona da Mata Mineira; realizado em Juiz de Fora – MG, de 18 a 20 de maio de 2010.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. São Paulo: Globo, 2005.

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela do (Org). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Diretrizes em redução de riscos de desastres: região serrana do Rio de Janeiro**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011.